

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

Ivan Krás Borges Schardosim

**INTEGRAÇÃO REGIONAL, AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO:
Uma análise das mudanças operadas nos governos Macri e Temer**

Porto Alegre

2017

Ivan Krás Borges Schardosim

INTEGRAÇÃO REGIONAL, AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO:

Uma análise das mudanças operadas nos governos Macri e Temer

Trabalho de conclusão de curso de graduação, apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Granato

Porto Alegre

2017

Ivan Krás Borges Schardosim

INTEGRAÇÃO REGIONAL, AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO:

Uma análise das mudanças operadas nos governos Macri e Temer

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Granato

Conceito Final: _____.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jaqueline M. V. Bittencourt - UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Leonardo Granato - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer a duas pessoas, sem as quais este trabalho certamente não poderia ter sido desenvolvido da forma como foi:

Ao professor Leonardo Granato, pelos conhecimentos transmitidos e indicações de leitura e, sobretudo, pelas conversas nos encontros de orientação, muito prazerosas e valiosas;

À Mariel, por sua atenção, companheirismo e compreensão de todos os dias.

RESUMO

A atual conjuntura política na América do Sul vem provocando uma modificação profunda na forma como pensa-se e opera-se a política de integração regional dentro do continente. Partindo do pressuposto que tal política deva fazer parte do corpo de ações governamentais de qualquer Estado (ou conjunto de Estados) periférico(s) que busque(m) uma emancipação frente ao sistema internacional de poder e à divisão internacional do trabalho, o presente estudo, de caráter teórico e interpretativo, busca fazer uma análise da convergência ideológica dos presidentes Mauricio Macri e Michel Temer, durante o cruzamento de seus mandatos, e suas implicações para uma modalidade de integração regional, impulsada entre 2003 e 2015, que teve no objetivo da inserção autônoma o seu núcleo central. Assim, a partir de uma análise crítica dos discursos e das ações de ambos os mandatários, buscamos traçar reflexões que possam contribuir no debate sobre os novos direcionamentos dados a esta política, assim como sobre os possíveis impactos para as sociedades nacionais da região.

Palavras-chave: Estado. Desenvolvimento. Autonomia. Integração Regional. América do Sul.

ABSTRACT

The current political conjuncture in South America has been provoking a profound modification in the way regional integration policy is conceived and operated within the continent. Assuming that such a policy should be part of the governmental actions of any peripheral State (or group of States) seeking an emancipation from the international system and the international division of labour, the present study, of theoretical and interpretative nature, seeks to analyze the ideological convergence of the presidents Mauricio Macri and Michel Temer during the crossing of their mandates, and its implications for a modality of regional integration promoted between 2003 and 2015 that had the autonomous insertion as its central nucleus. Thus, through a critical analysis of speeches and actions of both agents, we seek to draw up reflections that may contribute to the debate on the new directions given to this policy, as well as on the possible impacts for the national societies of the region.

Key-words: State. Development. Autonomy. Regional Integration. South America.

LISTA DE SIGLAS

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana

ARGM – Alto Representante-Geral do MERCOSUL

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CMC – Conselho do Mercado Comum

EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio

EUA – Estados Unidos da América

FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

TEC – Tarifa Externa Comum

TLC – Tratado de Livre Comércio

UNASUL – União de Nações Sul-americanas

ZoPaCAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	11
2.1 O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA OCIDENTAL	15
2.2 O ESTADO LATINO-AMERICANO E SUA INSERÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL DE PODER.....	20
2.3 DO RECONHECIMENTO DA DEPENDÊNCIA À BUSCA POR AUTONOMIA...26	
3. DOIS CAMINHOS PARA A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: AUTONOMIA OU SUBORDINAÇÃO	31
3.1 A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA “ARGENTINA-BRASIL” NA CONSTRUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL.....	32
3.2 A EMERGÊNCIA DO MERCOSUL E A FASE INTEGRACIONISTA COMERCIAL	35
3.3 A FASE AUTONOMISTA DO INÍCIO DO NOVO SÉCULO.....	39
3.4 A RECENTE CONJUNTURA E A IMINÊNCIA DO RETROCESSO.....	49
3.5 A CONFLUÊNCIA MACRI-TEMER E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL	54
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

As alterações na conjuntura política da América do Sul dos últimos anos, que apontam para uma crise do período de governos progressistas na região e para a retomada das diretrizes neoliberais do período anterior, têm apresentado mudanças de conduta para a política de integração regional em particular, que impactam de maneira significativa nas possibilidades de emancipação da região frente aos centros dominantes do sistema internacional. Assim, os esforços empreendidos por Argentina e Brasil, a partir da primeira década do século XXI, na busca por melhores condições sociais, políticas e econômicas para seus cidadãos, através da integração regional, vêm sistematicamente sendo interrompidos pela virada conservadora na região.

Esse processo de descontinuidades na América do Sul iniciou-se com a destituição de Fernando Lugo da presidência do Paraguai, em 2012, seguido, na sequência, pela morte de Hugo Chávez em 2013 (e pela crise política e econômica enfrentada pela Venezuela desde então), pela eleição de Mauricio Macri na Argentina, em 2015, e pelo impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, em 2016. Esses são só alguns dos fatos essenciais que simbolizam a crise dos projetos e agendas nacionais e sociais que orientaram as políticas governamentais em muitos países sul-americanos a partir dos anos 2000, agora mais afinadas com a perspectiva neoliberal e mais alinhadas aos países da América do Norte, da Ásia e da Europa.

Em relação à estrutura do trabalho, para chegarmos em nossa análise final, passaremos antes por uma construção teórica dos assuntos que são foco de nossa discussão, os quais exigem uma sustentação crítica e bem fundamentada. Dessa forma, na primeira seção, faremos uma análise crítica do conceito de Estado e de como ele pode promover, através de uma determinada condução política, políticas públicas voltadas a responder os interesses coletivos. Por outro lado, discutiremos como este “ator” pode, dependendo do modo como é operado, suscitar uma discussão sobre os fundamentos estruturantes dos fenômenos sociais que perpetuam a condição de dominação presente na ordem capitalista, bem como sua superação.

A partir do entendimento de qual pode ser o papel do Estado dentro da sociedade capitalista, discutiremos, nas seções seguintes, o projeto desenvolvimentista ocidental, com o qual, todos os países do sistema internacional de

poder, envolveram-se, de uma forma ou de outra. Veremos que diversas foram as pesquisas acadêmicas em torno do assunto e que seu debate, quando voltado ao contexto latino e sul-americano, deve considerar as condições históricas existentes, locais e internacionais. Faremos, assim, uma análise das particularidades do Estado latino-americano e de como se dá sua inserção no sistema internacional.

A partir do entendimento de que há dois caminhos para a política de integração regional, ou o da autonomia ou o da subordinação e, constatada a importância da atuação conjunta do eixo Argentina-Brasil para a propulsão e a consolidação de um processo de integração regional autônomo, faremos um percurso histórico e descreveremos as fases integracionistas comercial, de 1990, autonomista, do início do século XXI, para então chegarmos na análise teórica dos direcionamentos dos atuais presidentes dos dois países, respectivamente, Mauricio Macri e Michel Temer, onde buscaremos entender de que forma sua confluência ideológica impacta nos rumos desta política pública, nos dois países e regionalmente.

Para tanto, lançaremos mão de discursos, acordos promovidos, referencial bibliográfico e documental, a partir dos quais desenvolveremos um trabalho qualitativo de levantamento, descrição e análise dos dados, para posteriormente conseguirmos sintetizar no que se reflete a mudança de rumos sugerida. A busca por documentação e discursos, compreendeu um trabalho de coleta de materiais oficiais dos dois presidentes, nos sítios eletrônicos oficiais de Brasil e Argentina e nos sítios eletrônicos do MERCOSUL e da UNASUL¹, desde dezembro de 2015 (época em que Mauricio Macri assume o poder²) à dezembro de 2017.

Buscaremos averiguar, finalmente, se a atual conjuntura sugere a presença de um enfoque meramente comercial à região ou se existe ainda um processo de integração voltado ao desenvolvimento social, político e econômico dos países da América do Sul.

¹ Argentina: <https://www.caserosada.gob.ar/> Brasil: <http://www2.planalto.gov.br/> e <http://www.itamaraty.gov.br/> MERCOSUL: <http://www.mercosur.int/> UNASUL: <http://www.unasursg.org/>

² Mauricio Macri assume como presidente da Argentina oficialmente em 10 de dezembro de 2015 e Michel Temer, em 31 de agosto de 2016.

2. O ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O Estado ou a “forma Estado” está, antes de tudo, inserido em um complexo “maior” do qual faz parte. Este complexo é constituído pelas relações sociais. No decorrer da história ocidental, dois modelos de Estado fizeram-se presentes e estiveram em constante disputa, quais sejam, o capitalista e o socialista. O primeiro, caracteriza-se por ser sujeito coator das próprias relações que caracterizam o “motor” de funcionamento da sociedade atual, relações entre sujeitos que vendem força de trabalho e que compram força de trabalho. O Estado faz isso através de seu aparato jurídico-normativo que adquire legitimidade pela própria sociedade, da qual faz parte, e garante tal dinâmica a partir do uso de coação e, se necessário, de coerção. Os sujeitos sociais, neste complexo, dependendo do tipo de governo (autoritário ou democrático), podem buscar organizar-se para reivindicar perante este sujeito coator, o Estado (ignorá-lo é sempre uma tarefa difícil quando existe um conjunto grande de interesses em qualquer grupo coletivo), melhores condições de vida e outras questões que dizem respeito ao meio “público” em que convivem.

O segundo modelo, que foi teoricamente concebido em meados do século XIX e vem, desde então, sendo constantemente rediscutido, propõe que se tome o controle do sujeito coator (o Estado capitalista) e que se extinga o elemento característico e “motor” da sociedade capitalista - a exploração do capitalista sobre o trabalhador -, através da apropriação dos meios de produção privados capitalistas, os quais passarão a estar sob novo controle, do Estado socialista. Tal modelo, por sua vez, pode emergir de diversas maneiras, através de um processo mais lento e articulado pelas próprias dinâmicas sociais, a partir de brechas propiciadas pelo sistema, ou de modo mais abrupto, através de rupturas imediatas. Até hoje, as experiências históricas para a imposição deste modelo de Estado se deram a partir de revoluções por meio do uso da força, contra as forças do Estado capitalista, com êxito em determinados casos, como por exemplo, na Revolução Russa de outubro de 1917 e na Revolução Cubana de 1959. O sucesso, entretanto, da ruptura inicial com a antiga ordem (nestes e em outros casos), não se traduziu, na prática, na abolição do aspecto fundamental que caracteriza o Estado e a sociedade capitalista: a dominação. Este, em essência, esteve presente em ambos modelos de Estado ao longo do tempo, alavancando, ainda, novas dinâmicas de poder - entre os novos

Estados e com os Estados do sistema internacional de poder -, alimentadas a partir da modernidade e de seus ideais, especialmente o do progresso, projeto tipicamente ocidental. Queremos ressaltar, assim, que a dominação, aspecto presente em ambos modelos de Estado, não foi extinto, pois os sujeitos sociais (que se transformam em cidadãos perante o Estado) não conseguiram aproximar (ainda) verdadeiramente seus anseios enquanto coletividade do fazer estatal, devido a existência de aparatos que sempre se mostraram centralizadores e distantes, afastados do acontecer social.

Desde que as relações sociais fundamentais do capitalismo aparecem desligadas de toda ação, é difícil reconhecer nelas seu aspecto primariamente coativo: o Estado. Portanto, este, por sua vez, costuma ser captado no que é derivado e secundariamente: em suas objetivações como direito e como conjunto de instituições. Estas tendem então a aparecer como plenitude do Estado e, enquanto são o momento de objetivação de uma relação social que se perdeu de vista, também é como uma força estranha aos sujeitos sociais e movida por uma racionalidade que lhe é distante. O que é primordialmente um aspecto de relações de dominação fica reduzido a sua superfície objetivada em instituições. Dito de outra maneira, a reificação ou coisificação do Estado capitalista em suas instituições é a modalidade típica de sua aparência – razão pela qual a crítica desse Estado deve começar por descobri-lo como aspecto da dominação na sociedade (O'DONNELL, 1978, p. 1172, tradução nossa).

Na ordem em que o estamos apresentando aqui, queremos destacar também que o Estado se constitui em uma instância de poder e, dessa forma, em um “ator” que sofrerá constante disputa na sociedade. De acordo com Guerreiro Ramos (1957),

[...] o poder é um ingrediente inseparável de toda sociedade. Onde quer que haja convivência humana socialmente organizada, registram-se necessariamente relações de subordinação e superordenação, as quais diferenciam os que exercem o poder dos que lhe são submetidos. O poder é, assim, um fato ordinário na vida dos povos. [...] É o poder nacional o conjunto de todos os grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização de um país; de todos os elementos políticos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômico-social, o poder militar e as funções administrativas (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 10-11).

Interessa-nos, neste trabalho, desvendar o papel do Estado na sociedade capitalista para entender suas possibilidades enquanto ator mediador das relações sociais. Dessa forma, apresentada a essência da dinâmica que constitui a sociedade capitalista, percebemos o Estado como o componente especificamente político da dominação em uma sociedade territorial delimitada onde, a coação, é o meio pelo qual o Estado garante a “obediência” dos atores sociais de forma explícita (autoritarismo) ou implícita (ideologicamente), o que denota o seu caráter diretivo e planificador das dinâmicas sociais internas e externas. Portanto, se é o Estado componente político das relações sociais que são permeadas majoritariamente pela dominação (no modelo de sociedade em que vivemos), é também um “organismo” capaz de articular mudanças na sociedade.

A garantia coativa da relação é co-constitutiva da mesma; isto, junto com a necessária despossessão do capitalista do controle direto da coação, leva a separação de um terceiro sujeito social que concentra esses recursos e tem capacidade de mobilizá-los. Esse sujeito não é todo o Estado, senão a parte que se cristaliza, ou objetiva, em instituições. [...] As relações capitalistas de produção pressupõem um terceiro sujeito social que aparece e atua como um não-capitalista, ainda que seja a objetificação de um Estado que é, por isso mesmo, capitalista (O'DONNELL, 1978, p. 1164-1165, tradução nossa).

Sendo, ainda, a divisão social, um aspecto constitutivo da sociedade, esta não consegue reconhecer-se a si mesma, e dessa forma, atuar sobre si mesma de forma direta, senão por meio de um outro. A mediação deste outro pode ser exercida pela religião, sendo que no capitalismo, ela toma a forma de Estado. No modelo de sociedade capitalista, ele é uma instância na qual os atores sociais afirmam e legitimam suas relações, não correspondendo, portanto, a um fenômeno externo à sociedade, mas um momento no processo de produção da sociedade por si mesma (LECHNER, 1981).

Com isso, desmistificamos também a suposta separação do Estado da sociedade, ou da esfera “política” da “econômica”, que, se verdadeira fosse, dissolveria o problema que aqui nos propomos a investigar, que é o entendimento da estruturação da totalidade e da constituição de um ordenamento social dentro de um dado contexto.

Prevalece um reducionismo cognitivo-instrumental. Investiga-se o Estado e a política primordialmente desde o ponto de vista da organização de meios e fins, ou seja, sua *Zweckrationalitat* (Weber). Os enfoques privilegiam uma racionalidade instrumental, encerrada em relações de causalidade e sua eventual aplicabilidade prática. De fato, se costuma "fazer política" nesses termos - organizando a vida social para sua manipulação técnico-funcional (LECHNER, 1981, p. 1080, tradução nossa).

Procuramos, assim, adotar uma postura crítica na condução de nosso trabalho, necessária justamente para não cairmos em reducionismos que mais dificultam a visão do todo social e do aspecto da dominação (inaugurado pela falsa divisão do público do privado) do que qualquer outra coisa. Por meio da suposta cisão de Estado e sociedade, os sujeitos são reificados (coisificados) e afastados do acontecer político e social. É importante salientarmos, ainda, que a reflexão feita aqui sobre o Estado, apesar de crítica, não contempla múltiplos matizes e particularidades que não caberiam neste trabalho. Contudo,

[...] permite vislumbrar dois elementos que – em diferente formulação – estão presentes tanto nas estratégias capitalistas como nas socialistas.

Um primeiro elemento comum é a concepção da economia como um processo quase natural. Seja confiando no automatismo do mercado, seja enfatizando o desenvolvimento das forças produtivas em contradição com as relações capitalistas de produção, em ambos os casos se termina identificando a economia à natureza. Como efeito, se reconhece a economia como um processo governado por leis naturais (com a pretensão de estudá-lo com a exatidão das ciências naturais). Atribuindo aos fenômenos econômicos uma objetividade própria da natureza, a política há de ser sempre, no fundo, algo exterior a eles. Ou seja, se os processos econômicos não são produtos sociais, então os homens, conhecendo as leis da economia, poderiam exercer somente um *controle* sobre ela. Uma ou outra concepção admitem a intervenção da vontade política na economia, mas se trata de uma relação instrumental. Esta cisão entre prática econômica e prática política tende a burocratizar a política. O político adquire o ar de uma administração pública do desenvolvimento econômico. E somente nesse papel auxiliar de administração o político é visualizado como um momento da emancipação social.

Um segundo elemento comum às duas grandes correntes políticas é a concepção de um sujeito pré-constituído. Seja afirmando ao indivíduo como o sujeito burguês, seja determinando às classes sociais como os sujeitos do conflito social, de fato, uma ou outra estratégia partem de um sujeito pré-constituído. O sujeito estaria

presente *ex ante*, prévio a toda relação social. Tratar-se-ia de um *ator* já formado que entra no *cenário* para atuar seu *papel*. Se o pensamento liberal enfatiza mais a base antropológica do indivíduo e se a tradição marxista visualiza as classes como “máscaras” personificadas das estruturas econômicas, em ambos os casos não se problematiza a constituição dos sujeitos. Esta não é percebida como uma tarefa política, provavelmente a principal (LECHNER, 1981, p. 1089, tradução nossa).

Fazemos questão de dar destaque às palavras de Lechner acima, pois parece-nos fundamental para que qualquer sociedade se desenvolva humanisticamente que seja dada atenção à constituição do sujeito que está inserido nas relações sociais. Conforme Lechner (1981, p. 1980), “a concepção de um sujeito pré-constituído tem dificuldades em pensar a totalidade social”. Isso não implica renunciar uma transformação da sociedade capitalista. De fato, é disto justamente que se trata.

Nesta primeira seção, assim, alertamos para o fato de que, conforme Evans (1993), o Estado é central no processo de mudança estrutural da sociedade, remetendo para a discussão das capacidades de ação do Estado. Assim, compreendendo o Estado como “garantidor” da dominação na sociedade capitalista, a partir da coação, porém, da mesma forma, percebendo-o como parte inseparável das relações sociais, destacamos seu papel enquanto mediador da sociedade, o que lhe dá condições de articular algum tipo de desenvolvimento, a depender de diferentes conjunturas e forças políticas, internas e externas. A discussão sobre esta questão é o que fazemos a seguir.

2.1 O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA OCIDENTAL

O desenvolvimento até hoje é objeto de muita controvérsia no mundo. É nosso intuito, neste trabalho, entendê-lo em suas mais variadas acepções, a fim de, mais adiante, podermos relacionar determinadas ações políticas no âmbito da política externa na América do Sul a suas respectivas perspectivas. Sua primeira conotação (e mais corrente) precede e muito a que adquire no pós-Segunda Guerra (SANTOS-FILHO, 2005), relacionando-se ao papel que o evolucionismo, o organicismo e a ideia

do progresso exercem nas sociedades modernas. No século XIX, os cientistas começaram a usar evolução e desenvolvimento como sinônimos (ESTEVA, 2000).

A partir dessa associação surgiu a primeira concepção, ainda hoje largamente difundida, de que, desenvolver um país, corresponderia a sair de um estágio tradicional e chegar a outro, moderno. A tese evolucionista, assim, determina tal avanço como um processo natural no tempo, em que seria possível, através de alterações em componentes sistêmicos (internos e externos), determinados países alcançarem o desenvolvimento, questão fundamental a partir da qual surge a discussão do subdesenvolvimento no mundo.

Segundo Santos-Filho (2005), a referência para os Estados “atrasados” buscarem uma nova inserção no ordenamento internacional foi dada pelo projeto hegemônico dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, na proposta do presidente Truman, o qual literalmente determina um padrão para a relação entre os Estados no mundo, os quais divide entre “subdesenvolvidos” e “desenvolvidos”. A solução para sair do então chamado atraso estaria no apoio que estes prestariam àqueles. Entretanto, como em uma jogada cínica daquele que “mostra a mão, mas esconde os dedos”, a verdadeira causa para o desequilíbrio entre os Estados “atrasados” e “avançados” não foi explicitado, estando no fato de os primeiros serem pobres e os segundos ricos, e não simplesmente em uma dependência tecnológica, mascarando a necessária e possível opção pelo caminho da redistribuição de recursos materiais entre os países. Dessa forma, a partir da negação da possibilidade do uso desta segunda alternativa, o significado político da proposta de “ajuda” estadunidense anunciada por Truman revela não outra coisa que a intensão de manter a subordinação dos países periféricos aos países centrais.

A proposta oficial feita aos países denominados subdesenvolvidos foi de os países avançados fazerem uma transmissão de “conhecimentos tecnológicos” para os Estados “atrasados” que, tidos como únicos responsáveis por sua condição, teriam então possibilidades de alcançar o patamar desenvolvido ou moderno. Assim, vemos que a reivindicação dos países subdesenvolvidos por (ambas) redistribuição de recursos econômicos e políticos (que seria realmente uma solução às assimetrias) é ignorada pela suposta *mea culpa*. Ainda, para terem acesso aos recursos tecnológicos

oferecidos, tinham que orientar suas expectativas “desenvolvimentistas” nos termos do modelo ocidental de sociedades (modernas) capitalistas:

[...] tudo, tudo indicava, e desesperadamente, a mesma necessidade: uma concordância, explícita ou implícita, sobre as causas da pobreza. Para isso tinha que haver uma ação; a sua necessidade era premente. Mas, se devia existir remédio, devia também existir uma causa. Se esta, de outra forma, não pudesse ser identificada, teria que ser inventada ou imaginada. Supomos que nas questões sociais partimos do diagnóstico para a ação, mas se a ação for imperativa, fazemos com que a causa se ajuste à ação. Era o que ocorria. Reconhecer isso é absolutamente fundamental para a compreensão da política contra a pobreza nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial [...] Os imperativos para a ação especificaram as causas que não eram aceitáveis e separam as que o eram (GALBRAITH, 1979 apud SANTOS-FILHO, 2005, p. 28).

Assim, de acordo com Santos-Filho (2005), a lógica evolucionista, na qual o desenvolvimento opera, parte do pressuposto que as sociedades tradicionais são um estágio anterior às modernas, onde as primeiras, sendo identificadas como subdesenvolvidas, teriam a possibilidade de progredir em direção às segundas, desenvolvidas. O que essa fórmula esconde é que, na verdade, o processo de modernização visualizado nos Estados dominantes desenvolvidos, implicou, concomitantemente, desenvolvimento econômico, político e social. Assim, a priorização do avanço tecnológico sobre a necessidade de capital fez, pela própria lógica de acumulação capitalista, com que os países subdesenvolvidos postergassem seu desenvolvimento político e social, uma vez que imperou sempre o discurso de que devia-se “esperar crescer o bolo para depois reparti-lo”. Como consequência, postergou-se a universalização de direitos, especialmente os sociais e os políticos e a ocorrência de reformas mais agudas transformadoras.

Apesar da forte propaganda feita em favor de tal projeto durante boa parte da segunda metade do século XX aos países periféricos do sistema capitalista, é importante notar que os êxitos da modernidade ou da proposta ocidental de sociedade (refletida nas discussões sobre o desenvolvimento) são escassos, onde a fragilidade da sustentação empírica destes resultou em uma série de críticas que nos levam a questionar a viabilidade do projeto. Existe, de fato, um forte caráter etnocêntrico na

ideia, uma redução da diversidade histórica (culturas comunitárias e realidades distintas) a um processo único de ocidentalização (SANTOS-FILHO, 2005).

Já em fins da segunda metade do século XX, visto a falência da proposta socialista do “Segundo Mundo” (outro termo empregado pelos centros dominantes) nas frentes em que operou, com forte presença Estatal, e o insucesso na busca pela modernização dos países subdesenvolvidos (“Terceiro Mundo”), também operada de cima para baixo com governos pouco democráticos, como foi o caso das ditaduras na América Latina, vendeu-se uma nova analogia sobre a condição dos Estados: mantiveram-se os modernos ou desenvolvidos do “Primeiro Mundo” e identificaram-se as com “modernização incompleta” como “emergentes” e aquelas que não atingiram nem os mínimos padrões de modernização (como presença de indústria nacional) e mantiveram altos níveis de pobreza e baixo crescimento como “pobres”. Assim, ao serem abandonadas (propositalmente) as tipologias “país subdesenvolvido” e “país em desenvolvimento”, perdeu o sentido o discurso da ajuda inicial ao desenvolvimento operado nas primeiras décadas do pós-guerra, surgindo novas estratégias ideológicas ao sistema mundo a partir dos centros dominantes.

Com a retirada de pauta da eliminação da pobreza e do “atraso” por meio do incremento tecnológico e de capital, a nova agência para o desenvolvimento passou a enfatizar a necessidade do incentivo ao livre mercado e da democracia liberal, em uma nova proposta que é também conhecida como projeto neoliberal. Dessa maneira, são mantidas, nessa estratégia, as propriedades da ideia desenvolvimentista, mas as categorias para efetivar tais propriedades passam a ser outras.

Não é fortuito então que, após décadas de presença constante na agenda internacional e nacional, bem como da produção científica, a discussão do desenvolvimento na contemporaneidade, notadamente a partir da segunda metade dos anos 1980, esvazia-se e perde sua eficácia explicativa. A ideia de crescimento econômico e de prosperidade continua ainda presente na literatura e nas políticas de Estado, mas pensada em termos totalmente diferentes da ideia clássica de desenvolvimento. Em suas várias manifestações, prosperidade aparece associada apenas à produtividade e à competitividade capitalista (SANTOS-FILHO, 2005, p. 57).

No presente estudo, a partir dos conceitos discutidos, buscaremos identificar as diferentes perspectivas estratégicas presentes nos atuais governos argentino e brasileiro quanto à promoção do desenvolvimento. Será possível, portanto, nas seções seguintes, caracterizar linhas de ações governamentais a diferentes visões de desenvolvimento. Percebemos até aqui, que o receituário mais recente se caracteriza pela proposta liberalizante no campo político e econômico, em detrimento do campo social. Assim, existem alguns elementos bastante característicos nesta nova proposta, os quais podem ser visualizados em discursos e ações políticas de atores políticos que sejam favoráveis a ele.

A mudança da agência de desenvolvimento para o mercado vai conferir às habilidades competitivas dos agentes econômicos privados a competência para a promoção da prosperidade. A ideia de que o capitalismo havia vencido a batalha final contra o “socialismo” naturaliza o livre mercado, atribuindo ao seu funcionamento, propriedades evolucionárias até então pensadas em termos da divisão social do trabalho e da estrutura de classes. A concorrência livre entre agentes produtores de utilidade e a competição mercantil entre empresas é a metáfora para a assimilação do princípio darwinista social da competição para a sobrevivência. O que o mercado faz é constituir, nada mais nada menos, uma arena de interação que favorece a luta pela sobrevivência de atores maximizadores de interesses, operando, dessa maneira, como regulador das necessidades infinitas dos agentes em ambiente de recursos escassos. A luta pela realização dos interesses no mercado torna-se assim, sinônimo da luta para a sobrevivência na arena da realidade natural (SANTOS-FILHO, 2005, p. 58).

A partir das reflexões feitas até aqui, poderíamos sugerir a existência basicamente de dois tipos de perspectivas estatais dentro da dinâmica capitalista: a que defende a atuação livre do mercado e a que defende um Estado mediador e interventor. Assim, quando fizermos nossa análise de conjuntura na parte final deste trabalho, devemos estar atentos, conforme nos indica Santos-Filho (2005), de que há uma tendência na democracia liberal, ao ser esta escolhida como agência para o desenvolvimento, de fazer com que as atividades estatais se resumam a poucas áreas, como a segurança, a educação e a saúde, em nome da proteção das liberdades consideradas fundamentais dentro do marco do capitalismo. Com isso, devemos abrir os olhos para o fato de que:

[...] Os agentes econômicos capitalistas querem é realizar a troca de mercadorias em quaisquer partes do mundo e, portanto, sua lógica operatória contraria a lógica de estruturação dos Estados, uma vez que sobrepuja a ideia de uma jurisdição fisicamente delimitada em detrimento de um espaço aberto sobre todos os territórios (SANTOS-FILHO, 2005, p. 69).

Veremos, nas seções seguintes, as especificidades existentes e as dificuldades encontradas pelos países latino-americanos em sua inserção no sistema internacional, enquanto região subdesenvolvida perante esse sistema formado, bem como, de que forma poderá, a partir de estratégias acertadas, emancipar-se.

2.2 O ESTADO LATINO-AMERICANO E SUA INSERÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL DE PODER

A formação do Estado capitalista na América Latina não se deu da mesma maneira que nas nações consideradas desenvolvidas. De fato, vários autores destacam seu aparecimento, no primeiro caso, como sendo anterior ao surgimento de um “povo”. Esse é um elemento central para perceber que, muitas das peculiaridades (se não a maioria) da formação e do funcionamento do Estado latino-americano, até os dias de hoje, se devem a um passado histórico comum. No século XIX, na efervescência do pensamento do “progresso infinito”, a América Latina cumpriu o árduo papel de abastecer a Europa de alimentos e matérias primas, e nada mais. O Estado, na figura de nações recém libertadas politicamente, funcionava a mando dos interesses da classe eventualmente dirigente (GUERREIRO RAMOS, 1957), sendo predominantemente estes proprietários de terras que ainda operavam na base da utilização de faixas extensivas de terras e mão de obra escrava. Assim, enquanto a Europa e os Estados Unidos avançavam na eliminação de quaisquer resquícios feudais, a América Latina reproduzia um modelo híbrido, com características mais perversas que aquelas da Europa feudal. Dessa forma, não é difícil perceber a principal assimetria entre a dinâmica social com o Estado nos centros dominantes da

economia capitalista e nas suas periferias. Lá, uma mediação estatal baseada em uma constante intervenção e com implicações a partir das relações capital-trabalho. Aqui, crescimento econômico não organizado e planejado com base em instituições frágeis reprodutoras de lógicas perversas.

No Brasil, até por volta de 1930, o poder esteve com exclusividade nas mãos de proprietários de terras. Naquelas condições, não havia vontade popular e, do poder das oligarquias e do compromisso entre elas, resultava o governo nacional. Assim, internamente, nosso território era organizado pelos fazendeiros como uma área complementar da economia dominante e, externamente, como “espaço paroquial” do controle pela nação eventualmente hegemônica no ocidente. Segundo Guerreiro Ramos (1957, p.13), “não havia, aliás, para o Brasil, outra maneira de integrar-se na história universal, senão começando por ser uma região periférica do Ocidente”. A complementaridade era, assim, a lei estrutural básica perante os centros dominantes:

Economicamente, integrávamos um sistema de divisão internacional do trabalho, em que o papel que nos competia era o de satisfazer a demanda externa. Socialmente não possuíamos classes diferenciadas, desempenhando aqui as oligarquias de proprietários de terras o papel de seção descentralizada da área hegemônica do capitalismo no mundo. Política e culturalmente refletíamos a alienação que afetava nossas relações de produção. Eis aí os termos do que chamamos complementaridade. O caráter complementar nos vinculava necessariamente a esquemas de integração internacional como os que têm sido chamados de lusitanidade, latinidade, pan-americanidade e ocidentalidade, nos quais se reflete aquele traço (GUERREIRO RAMOS, 1957, p.16).

Ainda, a história da formação dos Estados latino-americanos não pode ser analisada deixando de lado o próprio nascimento de suas nações, e vice-versa. O nacionalismo, nesse sentido, dentro do marco moderno, esteve fortemente vinculado a interesses não republicanos, ou seja, voltado não a consolidação de um Estado-nação forte, mas a favorecimentos particularistas. Dessa forma, tendeu-se durante longo período a haver resistência à mudança de uma sociedade puramente tradicional para outra com características modernas ou híbridas, conforme expresso por Ianni:

[...] Tudo leva a crer que a Nação tem a fisionomia burguesa, em geral branca, organizada segundo a racionalidade do mercado, mercadoria, lucro, mais-valia, Tem a máscara das classes dominantes. Não reflete, a não ser em escassa medida, os segmentos subordinados da sociedade nacional. Sem esquecer que esses segmentos estão estruturados em uma forma muito singular, combinando linhas de classe e casta, passado e presente.

Nesse sentido é que o poder burguês expressa, principalmente, uma parte da Nação. A multiplicidade não aparece na organização do Estado nacional, a não ser como ideologia, colorido, folclore. Ao contrário, a multiplicidade não só esconde desigualdades como pode ser manipulada em favor dos que detêm o poder econômico, político, militar. Por isso a história das formas da Nação esconde-se na história das formas do Estado (IANNI, 1987, p. 14).

Foi especialmente a criação de um mercado nacional o que contribuiu para a superação da etapa complementar e um reflexo disso, sobretudo, foi uma alteração no esquema de convivência das classes sociais, não só no Brasil, mas em outros países da região. Foi-se abrindo caminho, então, no segundo quarto do século XX, para a formação de uma população obreira e uma burguesia empreendedora. Com isso, uma mudança no substrato de poder implicou mudanças nas instituições, passando a existir uma “parlamentarização” e um aumento da participação popular na direção da sociedade brasileira (GUERREIRO RAMOS, 1957).

Vemos, portanto, o nascimento de uma dinâmica de transformações que se manifestaram em todos os aspectos da vida social na América Latina, e a causa para essa transformação foi justamente a necessidade política de atender demandas que se somaram destes novos setores sociais constituídos em atores na cena política, a partir de então muito mais ativados especialmente por alguns governos populistas, como foi o caso no Brasil durante algum período. Um reflexo importante dessa nova alternância profunda naquele momento na região (da crise dos anos trinta à Segunda Guerra Mundial) foi ver, pelo menos no caso dos maiores países do Cone-Sul, a alternância de postura de governos e elites no sentido de irem para a retaguarda dos acontecimentos, visto que tinham que tomar medidas contrárias a seus “professados princípios” e aos seus interesses. A consequência mais eloquente disso foi uma recomposição do esquema de dominação (GRACIARENA, 2013/2014).

Ainda, segundo Graciarena (1971), devido ao crescente aumento das pressões sociais e intensidade das expectativas e ao caráter particular que assume a

necessidade de promovê-lo na América Latina, o desenvolvimento transformou-se em uma importante meta política, pela da qual, positiva ou negativamente, se orientava naquele momento o processo político latino-americano.

Quanto às mudanças ocorridas no período, é importante notar o que diz Graciarena sobre algumas outras consequências para os países da região:

A atitude dos grupos oligárquicos em face do desenvolvimento é completamente ambígua. Sendo tais grupos, por sua natureza social e política, basicamente conservadores, seu medo à revolução popular, ou ao “comunismo”, constitui um aspecto parcial do seu temor mais generalizado das mudanças. Chegaram a aceitar o desenvolvimento como uma espécie de último recurso contra a revolução popular, convictos de que, graças a ele, poderão conservar os controles da sociedade. Mas, de repente, começam a descobrir que o desenvolvimento em si é também um processo de mudança, desencadeando forças que, como as do aprendiz de feiticeiro, não são totalmente controláveis. Por conseguinte, eles têm enfrentado até agora a necessidade de desenvolvimento com atitudes de atração e repulsão, sem haver podido ainda conciliá-lo com sua liderança e sem saber tampouco, nessas circunstâncias, quais possam ser os melhores meios para promover o desenvolvimento sem pôr em risco suas possibilidades de poder (GRACIARENA, 1971, p. 20, tradução nossa).

É interessante ressaltar, conforme Graciarena (1971), que ainda que pudesse frear o ímpeto da revolução popular à época, principal ameaça ao poder oligárquico, o desenvolvimento também poderia modificar a situação do poder na América Latina e fazer com que seus governos reduzissem ou parassem de apoiar a política norte-americana. Nesse cenário, abriram-se as portas para a eclosão de ditaduras militares, barrando a possibilidade de partidos políticos de massa roubarem a cena e proporcionar reformas mais contundentes. Nos dias de hoje, como herança daquele período, predomina ainda uma velha tendência da existência de partidos e grupos políticos clientelistas.

As atitudes nacionalistas e ainda o sentimento de pertencimento a uma nação, começaram sendo características das classes alta e média (daí, entre outras coisas, suas vinculações tradicionais com as posições de direita); somente mais tarde os sentimentos nacionalistas se difundem nas classes populares (GERMANI, 1960 apud IANNI, 1987, p. 9).

Uma das maiores consequências da nova conjuntura à época, especialmente visto o ganho de modernização e incremento de poder nacional em diversas nações latino-americanas, desde a crise de 30 ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi a preocupação dos Estados Unidos quanto ao alinhamento do restante das nações do continente ao projeto desenvolvimentista ocidental. Em um novo contexto de engrandecimento popular e de inquietações se intensificando, das quais se pode destacar a contundente conquista socialista em Cuba em 1959, não tardaram a aparecer estratégias reacionárias pelas forças dominantes do sistema internacional.

Nesse sentido, a Aliança para o Progresso, projeto formalizado em 1961 com a Carta de Punta de Leste, com forte idealização por parte do governo de John F. Kennedy dos Estados Unidos, surgiu justamente com o intuito de, acima de outros pontos, frear a eclosão de revoluções populares na América Latina, tornando evidente o estratagema quando da repentina preocupação de organismos internacionais e dos Estados Unidos com o desenvolvimento da região. Constituíam-se, portanto, não na proclamada “ajuda”, mas em uma defesa e contra-ataque: uma estratégia geopolítica de caráter (propositalmente) multifacetado, que significava muito mais que uma simples parceria entre grupos oligárquicos da região latino-americana e a potência hegemônica (os Estados Unidos). De fato, embora seja complexo determinar os fatores que motivaram o repentino interesse no desenvolvimento da região, não há dúvidas que este servira como um “antídoto” contra quaisquer revoluções de base, especialmente levando-se em consideração a efervescência da revolução cubana, motivo de sobra para mexer com as bases do conservadorismo e as classes tradicionais passarem a aceitar novas possibilidades (GRACIARENA, 1971).

Impor à região uma nova dinâmica, contudo, não era algo assim tão desejável. Claro está que não havia consenso - justamente por não existir aquilo que Guerreiro Ramos (1957) chamaria de uma consciência por parte das classes dominantes para um projeto de desenvolvimento - por parte dos grupos dominantes com relação ao projeto desenvolvimentista que, a partir de então, as nações latino-americanas deveriam passar a incorporar. Apesar de representar uma eficaz saída para manter os privilégios conquistados e a temerosa massa popular passiva - maior preocupação entre as classes tradicionais conservadoras -, uma mudança de paradigma

representaria também alterações que poderiam se tornar perigosas. Segundo Graciarena (1971), esse fato explica por que tais grupos têm historicamente intercalado atitudes de atração e repulsão em favor do desenvolvimento. No trecho a seguir, o sociólogo argentino explica o fundamento do temor dos grupos oligárquicos:

Esta preocupação parece ser realista e ajustada ao fatos. Admite-se, geralmente, que o desenvolvimento constitui, ao mesmo tempo, um crescimento do setor econômico e uma mudança na natureza da sociedade, que supõe nova e diferente estrutura social e um tipo diverso de estrutura de poder, dificilmente conciliável, a longo prazo, com uma liderança de caráter sobretudo tradicional, baseada na grande propriedade agrícola e na produção primária. É certo que as oligarquias podem adaptar-se, mas essas adaptações até agora têm sido parciais. A norma de que as elites tradicionais desaparecem com o desenvolvimento e são substituídas por elites modernas recrutadas por outros meios e em outros setores da sociedade, é inquestionavelmente válida, mas a longo prazo. Quando se trata, porém, de prazos curtos e médios, a maleabilidade das oligarquias e a sua capacidade de adaptação podem ser bastante grandes. O desenvolvimento impõe uma renovação das bases de recrutamento da estrutura do poder que transcende as elites tradicionais e que se efetua por meio de mecanismos institucionais que estão parcialmente fora do seu controle. Até mesmo o setor tradicional que permanece na estrutura do poder é submetido à verdadeira transformação e acaba sendo muito diferente do que era antes. É por isso que não parece muito legítimo e preciso o uso de termos como “nobreza” e “aristocracia” num contexto em que perderam quase todo o significado original (GRACIARENA, 1971, p. 23, tradução nossa).

Não obstante a não conciliação de interesses entre os proponentes da Aliança para o Progresso e os grupos oligárquicos latino-americanos de então, é importante salientar que, historicamente, a classe latifundiária tem sido a principal parceira não só dos Estados Unidos como de vários outros países considerados centrais, no provimento de alimentos e matérias primas fundamentais para o desenvolvimento de suas indústrias.

Este caráter subordinado frente ao sistema internacional acabou por ser objeto de estudo de diversos intelectuais, especialmente latino-americanos, na esperança de entender a relação existente na dinâmica que se intensificava no pós-Segunda Guerra e encontrar uma solução para os problemas historicamente não resolvidos da região.

Veremos, assim, na seção seguinte, com um olhar crítico, algumas ideias representativas do caminho traçado pelo pensamento latino-americano na matéria.

2.3 DO RECONHECIMENTO DA DEPENDÊNCIA À BUSCA POR AUTONOMIA

Não é difícil reconhecer, perante a exposição feita até aqui, a existência de uma forte subordinação da região latino-americana aos centros dominantes do sistema internacional, que ficou evidente, sobretudo, a partir do surgimento de um pensamento endógeno na região e da discussão e teorização do problema. Dessa forma, em meados do século XX, essa problemática encontrou forte expressão nos estudos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, a partir da então recém criada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os quais buscavam soluções a curto e médio prazo para uma inserção diferenciada dos países da região no ordenamento internacional, menos subordinada. Tal condição, segundo seu diagnóstico, estava atrelada à consolidação de uma divisão internacional do trabalho (CEPAL, 1959), sob a qual competia à região ser exportadora de matérias primas e produtos primários dependentes de demanda externa.

A saída para o desenvolvimento, proposta por esses pensadores, estaria em se investir em uma industrialização substitutiva de importações, conduzida pelos Estados e não por forças do mercado, junto à promoção de um mercado comum capaz de absorver a produção interna, a fim de ampliar os intercâmbios comerciais de forma equilibrada. (FURTADO, 2000). Dentro dessa perspectiva, uma primeira onda de regionalismo, um “esboço integracionista” entre os países da região (de passado histórico comum e de necessidades recíprocas), foi dado pela criação do Mercado Comum Centro-americano e da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, e do Pacto Andino, em 1969.

Não obstante a importante contribuição dada pelos pensadores da CEPAL inicialmente, outras teorias surgiram ao longo do tempo, como por exemplo a teoria da dependência, que enfocou o aspecto da dependência como fator intrínseco da relação centro-periferia que se verificava naquele contexto, sobretudo após a eclosão

de subsequentes ditaduras na região, evidenciando a existência de um sistema de dominação e de não autonomia dos países periféricos. De outra maneira, tal teoria ressaltava a impossibilidade de contar com a burguesia nacional e com os setores dominantes internos para atuarem em favor de alguma saída para o estado de subdesenvolvimento. Gunder Frank (1966), alemão que chegou a lecionar na Universidade de Brasília, a convite de Darcy Ribeiro, pouco antes do golpe militar de 64, e que formulou, junto com Theotônio dos Santos, Ruy Muro Marini, Vânia Bambirra, e outros, a teoria da dependência, defendeu a tese de que o desenvolvimento das metrópoles nacionais, regionais e locais da América Latina só poderia ser, no melhor dos casos, um desenvolvimento limitado ou um desenvolvimento do próprio subdesenvolvimento. Assim, apesar de extremamente importante para a elucidação da condição de dependência da periferia aos centros dominantes do capitalismo, a teoria pouco avançou no sentido de propor alternativas à situação de subordinação existente. De fato, em um contexto de erupções sociais e revoluções acontecendo, como no caso de Cuba de 1959, dentro da condição imposta pelo sistema internacional de poder e visto as articulações nele inerentes, fortalecia-se a ideia de que não haveria outra forma de se escapar à condição de dependência a não ser via rupturas abruptas com o sistema capitalista mundial e o estabelecimento de uma nova ordem.

Como um dos objetivos específicos deste trabalho é discutir as possibilidades de emancipação da América do Sul e como tem procurado alcançá-la na atual conjuntura, reafirmamos a importância de reconhecer que qualquer estratégia nesse sentido dependerá de uma vontade política. Portanto, rejeitamos a tese da imutabilidade da condição de subordinação perante o sistema internacional e destacamos, outrossim, a urgente necessidade de se fazer uma opção radical, apreciada na esfera dos valores, que transcenda a mera indagação econômica.

[...] todo aconselhamento baseado numa ciência econômica que considere definitiva a situação de complementaridade entre a economia dominante e sua periferia, revela, por isso mesmo, a sua intenção ideológica e conseqüentemente alienada, do ponto de vista dos países da periferia (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 27).

Nos países subordinados, quando se impõe a lógica do mercado internacional, a tendência é que se direcione para uma debilitação do Estado-nação, enquanto que nas nações desenvolvidas seus Estados tendem a se fortalecer. Dessa forma, entendemos que será a partir de reivindicações e lutas sociais orgânicas para a aproximação de Estado e sociedade (com o intuito de fortalecer o primeiro para que proteja e reflita as demandas do segundo) que é possível superar ou alterar a condição de dependência das regiões periféricas às regiões centrais do sistema mundo.

Como uma alternativa crítica pensada no campo das relações internacionais, reativou-se a discussão sobre a importância da política de integração regional com ênfase no ganho de autonomia frente aos países dominantes para promovidas mudanças estruturais, sobretudo na dinâmica da divisão internacional do trabalho. (GRANATO, 2015). Assim, nos anos 1970 e 1980 o debate autonomista volta a ganhar importância, especialmente a partir dos pensadores Juan Carlos Puig (argentino) e Hélio Jaguaribe (brasileiro), os quais resgatam a importância da integração e da cooperação regional como instrumentos para uma política externa autônoma. Tais estudiosos retomam as ideias de Raúl Prebisch (CASTRO, 1972) e as renovam. Nessa nova perspectiva teórica, a autonomia é idealizada como a máxima capacidade de decisão, tendo em conta os condicionantes do mundo real. Para seu alcance, segundo Puig (1980), recursos disponíveis – os mais variados – em cada Estado e dentro da região que busque integrar-se de forma autônoma ao sistema internacional, bem como contar com o apoio de grupos empresariais locais interessados com esse processo de “autonomização”, seriam indispensáveis.

A autonomia continua sendo um objetivo indispensável da política nacional, pela razão muito simples de que quanto mais autônomo é um ente, maiores possibilidades tem de desenvolver-se como melhor o entende. Ou seja, a autonomia outorga a possibilidade de adotar políticas mais justas e equilibradas, enquanto que a subordinação, pelo contrário, cerceia ou, pelo menos, rechaça dita possibilidade uma vez que facilita ao dominante impor seus próprios critérios ao que lhe está subordinado (PUIG, 1986, p. 40, tradução nossa).

Puig pensava que para adotar essa estratégia de ação os Estados precisariam de “viabilidade”, ou seja, de recursos mínimos e elites funcionais comprometidas com a “autonomização”. De fato, a mobilização de recursos de poder suficientes é um dos

eixos do pensamento do autor, especialmente para anular a vontade de atores dominantes do sistema (GRANATO; ODDONE; BATTAGLIA, 2016), sendo necessário, para isso, o fomento de uma política de integração pensada como fenômeno social, com uma visão mais ampla que incluía “qualquer outro agrupamento, micro (como sociedade e empresas) e macro (como a comunidade internacional)” (PUIG, 1986, p. 41, tradução nossa), com uma atuação que deve englobar o desejo das populações.

Jaguaribe (1974), em sintonia com Puig, enfatizava que, descartadas as “alternativas” da “dependência” e da “revolução”, a América Latina deveria centrar-se na via da autonomia como propulsora do desenvolvimento, levando em consideração as condições internas e externas presentes e os meios de ação de que dispõe. Dessa forma, o autor brasileiro também se baseia na ideia de que para alcançar tal objetivo é necessário haver um fundo de recursos, humanos, tecnológicos, naturais e financeiros que permita a região alcançar níveis avançados de industrialização e os correspondentes níveis de desenvolvimento cultural, social e político, bem como a formação de um mercado interno que facilite um desenvolvimento auto-sustentado (JAGUARIBE, 1973).

O fundamento do pensamento de Puig e Jaguaribe estaria, portanto, na defesa da tomada para si do controle do processo desenvolvimentista por parte dos países condicionados historicamente à subordinação, a partir de decisões feitas por atores e agências próprias, não estrangeiras, baseadas em interesses e visões próprias.

Nos anos relativos a este novo pensamento, o sistema mundial passava por drásticas alterações devido à grave crise do petróleo ocorrida, sobretudo, no início da década de 1970, o que levou a potência hegemônica e outros países dominantes a esboçar uma nova estratégia para a região latino-americana, a qual, em seguida, se veria novamente em uma condição mais livre politicamente a partir da volta democrática. Sob esse ponto de vista, fica claro que o período de pelo menos vinte anos, que foi da década de 1960 a meados da de 1980, não foi possível pensar nem tampouco colocar em prática projetos alternativos de inserção internacional, via, por exemplo, a integração e a cooperação regional com propósitos autonomistas.

Então, logo quando do enfraquecimento das ditaduras e do retorno de regimes democráticos, o renovado receituário liberalizante representado nas diretrizes do

Consenso de Washington sob a ideologia neoliberal aprofundou a necessidade de serem buscadas novas alternativas intra-região. Ruy Mauro Marini é um dos pensadores que nos faz reforçar a ideia de que era necessário o incentivo de uma política realmente autônoma para dar fim à subordinação externa naquele contexto.

No nosso tempo, de crescimento intensivo do sistema capitalista, de consolidação de uma dada distribuição de poder em seu interior, e de grandes desníveis de forças entre países, as contradições dos núcleos dependentes com os centros é menor, na medida em que são mais fortes os laços que os ligam em termos de circulação e também porque, objetivamente, têm menos capacidade competitiva que os centros emergentes do século XIX. Eles buscam, portanto, criar uma esfera de circulação externa, mas o fazem dentro da órbita estabelecida pelos centros dominantes; em outros termos, criam uma circulação *relativamente autônoma, mas, por isso mesmo, relativamente subordinada* (MARINI, 1985).

Nesse sentido, ainda que a racionalidade governamental seja uma mescla confusa de racionalidade técnica, burocrática e política, a autonomia, como um propósito do planejamento estatal, aplicada na medida certa, faria possível uma visão de conjunto que permitiria expressar interesses gerais de uma coletividade nacional e regional. (FALLETO, 1989).

A seguir, discutiremos a possibilidade da execução da política de integração regional na América do Sul, tendo em vista os caminhos possíveis apontados para uma política mais acertada que direcione a uma relação não subordinada dos países da região com as potências do sistema capitalista internacional.

3. DOIS CAMINHOS PARA A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: AUTONOMIA OU SUBORDINAÇÃO

Quando discutimos relações internacionais o fazemos, primeiro, por ser esta parte constitutiva já há vários séculos da vida dos indivíduos que estão inseridos em contextos interligados. Em segundo lugar, pois, apesar de historicamente essa discussão passar longe de um acompanhamento próximo da sociedade, é justamente essa condição que queremos modificar ao colocar em pauta essa discussão. Enquanto política pública, a política externa também é dotada de regramentos e direcionamentos que, não obstante, dependendo do contexto governamental, pode ser substancialmente modificada qualitativamente, sendo isso que nos interessa investigar neste trabalho. Ademais, invocar esse assunto é perceber que não vivemos mais isolados, mas completamente interligados, sobretudo a partir da ascensão do fenômeno da globalização, que afeta diretamente as condições internas de cada país e sua inserção internacional. Como já afirmava Octavio Ianni, “[...] é olhando no de fora que se descobre o que está dentro. O de dentro fica mais nítido, quando se vê o que se levou para fora” (IANNI, 1987, p. 27).

Em outros termos, a questão nacional no Uruguai, Paraguai e Bolívia implica nas relações com a Argentina e o Brasil, além dos Estados Unidos; sem esquecer a influência da Inglaterra em tempos passados. Todo o Caribe faz parte de um capítulo fundamental da geopolítica norte-americana. Esses e outros fatos apontam para a importância das relações externas no desenho da sociedade nacional (IANNI, 1987, p. 18).

A discussão em torno das estratégias de política externa adotadas pelos países sul-americanos deve começar por entendermos as reais implicações que cada escolha feita teria nos propósitos por nós assinalados até aqui, da busca de uma inserção autônoma no contexto internacional para o alcance de um desenvolvimento pensado endogenamente.

Não cabe a nós aprofundar o estudo dos primeiros intentos integracionistas, visto que foram esporádicos e com pouco efeito no tocante a mudanças em seu início. Portanto, não desmerecendo as primeiras tentativas integracionistas na América

Espanhola do século XIX, seguindo na cronologia anterior, chegando na eminência de maior aprofundamento da situação de dependência e subordinação externa, novas propostas integracionistas teriam que surgir a partir da década de 1980 até o final do século XX, em direção a um ordenamento regional.

[...] As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano se encontra reatualizado pela vida mesma e que, para além de dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é hoje viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, venezuelanos depende de nossa aptidão para construir novas superestruturas políticas e jurídicas, dotadas da capacidade de negociação, resistência e pressão indispensáveis para ter efetiva presença ante os superestados que já existem ou estão emergindo na Europa, Ásia, e na própria América (MARINI, 1993, tradução nossa).

Na seção seguinte, apresentamos, assim, uma análise mais sistemática dos processos que se dão no âmbito das relações exteriores e analisamos o papel de Argentina e Brasil para a concretização da política de integração regional sul-americana, destacando o potencial de sua articulação conjunta como elemento centrípeto para a própria viabilidade do projeto integracionista para a região.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA “ARGENTINA-BRASIL” NA CONSTRUÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL

Há bastante tempo Brasil e Argentina são protagonistas de ações cooperativas, sendo que tal parceria sempre se mostrou benéfica para ambos os países, especialmente quando submetida a um olhar crítico e conjunto de seu papel e potencial para a região sul-americana. Desde o período da crise de 1930, os dois países já vinham apresentando similitudes e ações que demonstravam uma possível aproximação futura, suscitando o debate para um maior ganho de autonomia relativa em relação aos países centrais.

As fórmulas políticas com que se tentaria superar a crise, convertida em uma crise de Estado em toda a regra, foram principalmente duas: a restauração oligárquica e o populismo. Em ambos os casos havia um forte ingrediente autoritário e um decidido respaldo militar. A Argentina, que seguiu ao golpe militar de 1930, representou bem a primeira das alternativas, enquanto que o Brasil da primeira presidência de Getúlio Vargas (1930), a segunda delas. Não obstante as consideráveis diferenças enquanto esquema de poder que os sustentavam (ostensivamente militar no caso argentino, mais civil o brasileiro), as determinações criadas pela crise foram tais que as políticas postas em prática pelos respectivos governos se assemelhavam em mais de um aspecto. A ampliação e complexidade do aparato funcional do Estado, como resultado de uma deliberada intervenção na economia, seja para proteção da produção nacional mais ameaçada pela crise, seja para controle de importações e reserva dos mercados internos para promoção de uma incipiente industrialização substitutiva de bens de consumo final, puseram em relevo sua vontade política para conter o avanço de uma conjuntura econômica crítica que se projetava ao longo prazo, colocando em sério risco a continuidade da ordem econômica e social (GRACIARENA, 2013/2014, p. 238, tradução nossa).

Entretanto, embora a similitude demonstrada desde cedo e, apesar da existência de acordos conjuntos que aconteceram historicamente, como o destacado volume de intercâmbio comercial e a Declaração de Uruguaiana (1961) e o Acordo Tripartido Corpus-Itaipu (1979), foi a década de 1980 que correspondeu a primeira grande tentativa de ambos os países de integrarem-se. Dessa forma, no contexto da abertura democrática na região, não obstante a conjuntura adversa, importantes ações para estreitarem-se os laços aconteceram, onde os dois países conseguiram estabelecer as primeiras parcerias mais sólidas que alavancaram a futura integração regional que se consolidaria nas próximas décadas (GRANATO, 2015). Segundo Visentini (2007), os dois primeiros acordos de cooperação entre os países foram firmados em 1979 e 1980, por Videla e Figueiredo, o que demonstra que a aproximação não era resultado da democratização, mas fruto de um processo mais complexo e profundo anterior, no qual a volta democrática constituía apenas um vetor importante.

Entre 1980 e 1983 aconteceu uma sequência inédita de encontros presidenciais em três assuntos estratégicos, o nuclear, o hidrelétrico e o militar. Além dos acordos firmados nos encontros, destaca-se a ajuda prestada pelo Brasil à

Argentina na Guerra das Malvinas em 1982, fornecendo ajuda militar e material durante a disputa na ilhas. Porém, apesar da importante relação bilateral estabelecida, será somente a partir da segunda metade daquela década, no contexto da volta democrática em ambos os países, que se abrirá a oportunidade para um aprofundamento dos laços e construção de uma base que serviria para dar início ao processo de integração mais abrangente, a partir da premissa já identificada por diversos autores de que qualquer iniciativa de integração regional teria que passar pela convergência e concertação política que pressuponha o trabalho conjunto dos dois países (GRANATO, 2015). De fato, conforme Visentini (2007), o acercamento de Argentina e Brasil viria a ser a “espinha dorsal” da integração regional na América do Sul, que tem seu ponto de partida oficial na constituição do MERCOSUL em 1991.

Muniz Bandeira vinculou o papel a ser desempenhado por Brasil e Argentina na integração sul-americana ao protagonizado por Alemanha e França na integração europeia. Segundo o autor, somente a partir da convergência de ambos os países seria possível construir a integração dos países sul-americanos, destacando também que, apesar de o Brasil ter conquistado uma considerável vantagem em relação ao resto da América do Sul na década de 1970 por seu crescimento industrial, seu despontamento à potência mundial necessitaria do apoio da Argentina e uma integração, a partir do entendimento de que somente com sua articulação conjunta seria possível a concretização da integração dos países da América do Sul (BANDEIRA, 1987).

A veracidade de tal postulado (sobre a necessidade de uma concertação política) pode ser confirmada a partir dos grandes avanços conquistados nos anos seguintes em matéria de integração, sobretudo a partir do surgimento do MERCOSUL e seu posterior aprofundamento, em que, pela primeira vez na história, são acentuadas as relações intra-regionais com a pretensão de uma inserção autônoma (que sofrerá avanços e recuos ao longo do tempo) que renovará o debate sobre a importância da integração regional para a América do Sul.

A Declaração de Iguazu de 1985, nesse sentido, marca um ponto de inflexão, proporcionando um entendimento político que se percebe pelo próprio texto da Ata de Amizade Argentino-Brasileira “Democracia, Paz, e Desenvolvimento”, de 1986. Assim, segundo Granato (2015), ambos os países formaram, através do Programa de Cooperação e Integração Econômica (1986-1988) e do Tratado de Integração,

Cooperação e Desenvolvimento (1988), as bases para criação de um mercado comum e uma inserção autônoma (destaca-se) no jogo internacional. Ainda, apesar de o foco da integração naquele momento ser voltado ao aspecto econômico, outros temas de políticas governamentais não foram deixados de lado, demonstrando existir uma pretensão de abrangência maior para o projeto de integração.

Foi dessa iniciativa, portanto, que foram firmadas as bases para a consolidação da ideia fundamental de uma integração regional estratégica e com propósitos autonomistas. Para se chegar lá, entretanto, o caminho não se mostrou sempre linear, especialmente a partir da nova guinada neoliberal durante a década de 90 até o início do novo século, contexto em que surgiu e formalizou-se a proposta integracionista sul-americana mais importante até os dias atuais, o MERCOSUL. Sua ascensão e os primeiros anos desta iniciativa é o que discutimos a seguir.

3.2 A EMERGÊNCIA DO MERCOSUL E A FASE INTEGRACIONISTA COMERCIAL

Nos anos 90, a despeito da discussão sobre as possibilidades integracionistas e de emancipação da região sul-americana, concepções estratégicas alinhadas à ideologia neoliberal ganharam força, o que, na prática, dentro dos Estados Nacionais e no plano regional, representou a eliminação progressiva de políticas públicas voltadas ao bem-estar social das populações, a partir, especialmente, da privatização de setores estratégicos em cada Estado, da flexibilização da legislação trabalhista, da redução da carga fiscal e da abertura comercial. Uma etapa que coincidiu com o encerramento do ciclo econômico e com a crise da dívida externa e do modelo burocrático de Estado interventor e desenvolvimentista, refletindo em uma “quebra” em relação ao sentido histórico da integração regional que vinha sendo construído no decorrer da década anterior (GRANATO, 2016).

O contexto latino-americano não era uma mera situação isolada desconexa do sistema internacional, mas reflexo de uma nova conjuntura em que era lançada a ideia da criação de uma Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) de norte a sul pelos Estados Unidos, a partir da Iniciativa para as Américas. Primeiramente, contudo,

o processo evoluiu para uma integração norte-americana, havendo a criação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1994. Justamente, de acordo com Visentini (2007), nesse ponto, devemos enfatizar a importância da atuação do Itamaraty brasileiro, o qual buscou amenizar os efeitos negativos da inserção de cunho globalista promovida pelo governo Collor e outros governos da região, o que acabou proporcionando a aceleração de ações pensadas em termos de conjunto regional, ainda que em tal contexto adverso.

Contudo, o ponto central do entendimento daquele contexto é que os novos governos neoliberais de Argentina e Brasil transformaram o processo já em curso de integração bilateral (iniciado na década anterior) em instrumento de liberalização comercial. De tal relação, em conjunto como o Uruguai e o Paraguai, nasceu o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL – em 1991, a partir da assinatura do Tratado de Assunção, o qual iniciava com a redução tarifária de todos os produtos e previa para 31 de dezembro de 1994 o estabelecimento definitivo de um Mercado Comum entre os quatro países, com a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a liberalização completa do comércio intra-regional. Dessa forma, na década de seu nascimento, o bloco regional esteve primordialmente voltado ao âmbito das relações comerciais entre os países membros, sobretudo na primeira metade da década de 1990, em que o objetivo do MERCOSUL se manteve longe do ideal autonomista. Conforme Granato (2015), o ideal de uma integração inter-industrial baseada na gradualidade, na flexibilidade e no equilíbrio foi abandonado para um objetivo de “liberalização comercial total” no contexto da globalização neoliberal.

Passado o início da década, com o impeachment do presidente Collor e a entrada de Itamar Franco no governo, de 1992 a 1995, com os episódios de desregulamentação da economia, privatizações e abertura passiva (sem compensações) ao mercado internacional proporcionados pela estratégia neoliberal, era natural que a política externa tomasse um novo rumo. Nesse contexto, “a nova diplomacia brasileira procurava manter os desacordos com os EUA num baixo perfil, confrontando apenas os problemas pontuais” (VISENTINI, 2007, p. 83).

Em 1993, em reação ao NAFTA anunciado pelos Estados Unidos, o Brasil propôs a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), além de estabelecer a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS), a partir da supervisão do MERCOSUL, o que reforçou o boicote a acordos bilaterais com os

Estados Unidos. Na ocasião, o MERCOSUL buscou negociar com a União Europeia, havendo a assinatura do primeiro acordo inter-blocos econômicos, o Acordo Marco Inter-Regional de Cooperação União Europeia-Mercosul, assinado em dezembro de 1995. Ainda que de forma muito sutil e tímida, percebe-se que já a partir da segunda metade da década de 1990 passam a ser buscadas algumas ações que escapam daquelas esperadas pela potência hegemônica, ocasionando em progressivas divergências com os Estados Unidos.

Contudo, de acordo com Visentini (2007), esse tímido ímpeto para uma inserção menos subordinada da região naquele momento, a partir do MERCOSUL, foi freado com a crise financeira asiática de 1997, que se agravou com os colapsos das Bolsas de Valores da Ásia e da Rússia em 1998. A cotação do real brasileiro em relação ao dólar chegou a dois por um, gerando um encarecimento das importações brasileiras e prejudicando a Argentina que mantinha um superávit em relação ao Brasil, o que alimentou o debate sobre o que alguns entendiam como o fim da integração regional. O que acontecia de fato era o início de uma primeira crise no MERCOSUL, não por isso caracterizando o fim da integração, mas o esgotamento de um modelo econômico que efetivamente não dava certo. Prova disso é a lentidão do crescimento esperado, a recessão econômica, o aumento do desemprego e a queda dos indicadores sociais, o que favoreceu um clima de mudanças no cenário político dos países do bloco, que ia perdendo cada vez mais legitimidade.

A crise econômica explicitada acima não impactou a dinâmica política apenas dos países do bloco mas de praticamente toda a região sul-americana, havendo diversas explosões sociais importantes, como a ocorrida na Argentina em 2001/2002. A diplomacia brasileira, nesse contexto, tratou de puxar as rédeas dos direcionamentos dados à região, levando o país a despontar como um destacado ator e possível futuro líder, ficando isso evidenciado quando da convocação da Cúpula de Brasília em 2000 (conhecida também como Cúpula Sul-Americana), que teve como objetivo avançar o processo de integração sul-americano.

A decisão brasileira de convocar a Reunião de Cúpula Sul-Americana de Brasília, que propôs o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio da América do Sul justamente quando se questionava a própria sobrevivência do Mercosul, pareceu surpreender alguns analistas. Contudo, trata-se de um processo racionalmente explicável,

à luz da crise brasileira e das crescentes dificuldades internacionais e regionais. Daí a retomada de um discurso diplomático autonomista (ainda que não confrontacionista) por parte do Brasil, que critica a “globalização assimétrica” (VISENTINI, 2007, p. 87).

Frente aos desafios enfrentados pela região e às possibilidades estratégicas que sempre tendiam a pender para a relação (subordinada) Norte-Sul, surpreendentemente, a resposta dada pelo MERCOSUL à crise, no final da década de 1990, foi a de estender o processo de integração regional para toda a América do Sul. Na ocasião de dita Cúpula foram iniciadas tratativas para o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, com o intuito de retomar a ideia proposta pelo Brasil em 1993 da ALCSA, resposta mais do que contundente à ideia da ALCA.

No início do século XXI, os problemas enfrentados pela região para superação da resistência a um novo projeto integracionista autônomo partiam de governos que teimavam em manter relações caricaturais com os Estados Unidos, como foi o caso da Argentina que, com uma política econômica subordinada e errante (atrelando o Peso à paridade de um dólar), levou o país a um sério colapso, bem como seu povo às ruas a protestar por melhores condições para o país. Se não fosse o MERCOSUL, que assegurava à Argentina um acesso ao mercado brasileiro, a situação teria sido pior. Dessa forma, restou a este país rever sua política externa para uma atuação mais acertada e congruente com os interesses dos países vizinhos (VISENTINI, 2007).

Dessa maneira, na II Reunião de Presidentes Sul-Americanos realizada no Equador em 2002, aconteceu a assinatura de duas declarações conjuntas, uma sobre Integração, Segurança e Infra-estrutura para o Desenvolvimento, e outra sobre o estabelecimento de uma Zona de Paz Sul-Americana, demonstrando haver um avanço frente às proposições definidas pela Cúpula de Brasília. Ainda assim, apesar de o Brasil continuar mostrando interesse em progredir na integração regional, articulações conjuntas mais contundentes tendentes a estabelecer um novo momento diferenciado à região não ocorriam, o que só seria possível a partir do surgimento de uma conjuntura favorável de governos dispostos a cooperar. De fato, a vontade política demonstrada nos discursos políticos de Fernando Henrique Cardoso, que pregou a necessidade da associação do MERCOSUL com a Comunidade Andina, não passava de retórica, evidenciando sim existir um posicionamento crítico quanto a

algumas questões (como o protecionismo exercido pelos países centrais às economias subordinadas), mas ao mesmo tempo passivo, visto não tomar as medidas cabíveis internamente para tentar reaver aquelas ações e posições externas criticadas.

A conjuntura propícia a um novo momento, dessa forma, não tardou a aparecer, e a região finalmente conseguiu dar um salto qualitativo em direção a uma política de integração regional autonomista e voltada ao desenvolvimento equilibrado e simétrico dos países da região. Esse inédito momento é o que apresentamos a seguir.

3.3 A FASE AUTONOMISTA DO INÍCIO DO NOVO SÉCULO

Para entendermos a importância que passa a receber a política de integração regional pelos novos governos que despontam na América do Sul no início da década de 2000, na sequência dos fatos, analisaremos algumas das declarações conjuntas dos presidentes Lula, do Brasil, e Nestor Kirchner, da Argentina, de modo a conseguir destacar pontos fundamentais de comparação e entroncamento dessa etapa com o momento atual (a nova guinada por nós discutida nas seções finais) em termos de política de integração regional, a partir da premissa já exposta anteriormente neste trabalho sobre a necessidade de uma visão e atuação conjunta destes dois países para a ascensão de um projeto integracionista que consiga levar a região adiante, a emancipar-se das imposições estabelecidas pelo sistema internacional de poder e divisão internacional do trabalho.

Dessa forma, um primeiro fato a ser enaltecido no período em questão é o comportamento do presidente Lula em relação à condução de sua política externa, especialmente devido ao fato que não se sabia ao certo o que se esperar de um presidente que era visto como despreparado por muita gente. Pelo contrário, “o que se viu foi uma diplomacia dotada de sentido e atuante” (VISENTINI, 2007, p. 89) e, embora os rumos dados à política externa em seu governo tenham iniciado já em meados do governo Fernando Henrique Cardoso, não houve, naquele momento, alterações concretas significativas. Segundo Visentini, “o ex-presidente não possuía

a vontade e a base política para uma mudança que ultrapassasse um tímido discurso crítico” (VISENTINI, 2007, p. 89).

Sobre outras escolhas acertadas, o novo presidente brasileiro devolveu ao Itamaraty a posição estratégica que antes detinha na formulação e execução da política externa do país, nomeando Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores, funcionário de carreira (diplomata), extremamente importante para a manutenção de uma visão estratégica de longo prazo voltada ao desenvolvimento nacional e regional. Da mesma forma, foi o caso na indicação do diplomata Samuel Pinheiro Guimarães Neto para ocupar o cargo de Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, exercido de 2003 à 2009. Ainda, ocupou a função de assessor especial para Assuntos Internacionais em sua gestão e no governo de Dilma Rousseff, Marco Aurélio Garcia, intelectual que ajudou o país sobretudo nas estratégias para o bloco do BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e no fortalecimento das relações do Brasil com países do hemisfério sul, principalmente na África e na América Latina. No governo de Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, ele próprio fazia às vezes de ministro enquanto presidente, exercendo a chamada “diplomacia presidencial”, “restando ao Ministério das Relações Exteriores apenas a parte técnico-burocrática das negociações e receber as críticas” (VISENTINI, 2007, p. 89).

O notável desenvolvimento e protagonismo do governo Lula que foi sendo evidenciado ao longo dos anos seria devido a três dimensões estratégicas utilizadas para as relações internacionais do país:

Para a concretização dessa estratégia, as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e afirmação e a terceira propositiva. Trata-se de um projeto amadurecido por mais de uma década, e não uma política voluntarista, e está adequada à correlação de forças existente no país e no mundo (VISENTINI, 2007, p. 89).

Nestor Kirchner, na mesma linha, assim que assumiu como presidente da Argentina, em 2003, demonstrou forte disposição para alterar os rumos que seu país vinha tomando, o que traduziu-se em promover uma maior integração com os países

vizinhos, sobretudo com o Brasil, a partir do entendimento da força potencial conjunta dos dois países:

Já o presidente Kirchner, revelou a vontade argentina de mudar a política econômica que o país desenvolveu nos últimos quatorze anos, abandonando o neoliberalismo e buscando um modelo baseado em investimentos públicos e combate à pobreza. No plano internacional, o novo presidente manifestou a intenção de estabelecer uma aliança estratégica com o Brasil, resgatar o Mercosul e cooperar ativamente para a integração sul-americana. Chama atenção que o novo governo argentino evoluiu das *relaciones carnales* de Menem com os EUA para uma atitude de equidistância, fazendo com que a Casa Branca comece a se preocupar com o surgimento de um polo autônomo Brasil-Argentina (VISENTINI, 2007, p. 91).

Sobre a nova parceria entre Lula e Kirchner, o primeiro compromisso estabelecido por ambos presidentes, assim que assumiram o poder, foi o de retomar o sistema de consultas bilaterais inaugurado pelo presidente argentino anterior Eduardo Duhalde, oportunidade em que “reiteraram a prioridade que ambos os países atribuem ao Mercosul e à integração sul-americana”³ e a necessidade de promover um modelo de desenvolvimento que aliasse crescimento, justiça social e dignidade aos cidadãos.

De forma geral, segundo Granato (2015), os presidentes Lula e Kirchner, ao longo da primeira década do século XXI, entenderam que sua convergência teria que se dar a partir de consultas frequentes e em uma permanente coordenação política, com vistas a desenvolver a condução estatal do processo de integração regional do MERCOSUL, baseado especialmente na construção de políticas públicas com inclusão social, sendo os direcionamentos apontados pelos presidentes os seguintes:

Com relação ao processo de integração, os presidentes afirmaram sua disposição de fortalecer o projeto político do MERCOSUL, e de aperfeiçoar a união aduaneira; de avançar na constituição do Parlamento do MERCOSUL; de possibilitar ao bloco as ferramentas produtivas e industriais necessárias para a sua consolidação; de adequar a estrutura institucional do MERCOSUL à fase atual da integração por meio do fortalecimento da Secretaria Técnica e do

³ Comunicado Conjunto à Imprensa dos presidentes Lula e Kirchner, de 11 de junho de 2003, apud GRANATO, 2015, p. 138.

estabelecimento dos órgãos previstos, e da entrada em vigor do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no âmbito do bloco; de iniciar um projeto de integração física bilateral que tenha efeito multiplicador tanto para a geração de empregos como para a integração; de intensificar os esforços empreendidos pelo Instituto Social Argentino-Brasileiro; de continuar aprofundando a coordenação de posições nas negociações externas; de avançar na integração energética e no aprofundamento do diálogo em temas de defesa e segurança, e de estabelecer um programa de cooperação cultural, dentre outros pontos (GRANATO, 2015, p. 139).

Percebe-se, assim, que a ênfase colocada na reativação do MERCOSUL constituiu um dos pontos centrais do eixo argentino-brasileiro na primeira década do século XXI. Foi com esse espírito que ambos os presidentes assinaram o chamado Consenso de Buenos Aires (documento cujo nome não por acaso sinaliza um contraponto ao Consenso de Washington) em outubro de 2003, ponto fundamental para o início de uma política sul-americana orgânica, que coloca o bem-estar dos povos como objetivo prioritário de seus governos. No referido consenso, destaca-se o compromisso de fortalecer o MERCOSUL a partir de um aperfeiçoamento de suas instituições políticas e comerciais, da incorporação de novos países (que vem a ocorrer posteriormente com a Venezuela) e de acordos equilibrados. Quanto a esse último ponto, conforme Granato (2015), é um destaque a atuação conjunta dos dois presidentes no sentido de buscar uma integração que levasse em conta as assimetrias regionais, garantindo um tratamento diferenciado aos Estados menores ou menos desenvolvidos e uma mudança para a igualdade e a solidariedade. Ainda, em seu ponto 15, o Consenso aponta para uma ênfase autonomista no trabalho conjunto para a integração regional, enquanto ideal unificador dos governos:

Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando suas capacidades de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo e os interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais (Consenso, ponto 15 apud GRANATO, 2015, p. 141).

Inicialmente, os dois presidentes estavam focados em frear o projeto da ALCA, com o intuito de aperfeiçoar a projeção externa dos países membros do MERCOSUL e aumentar seu poder de negociação. Nesse sentido, o ponto 17 do Consenso destaca a necessidade de efetivarem-se novas alianças e estratégias, como com outras regiões com interesses afins.

Já em março de 2004, conforme Granato (2015), os presidentes assinaram a Ata de Copacabana, em que se comprometeram a aprofundar e ampliar o MERCOSUL, no intuito de criar uma comunidade de nações na América do Sul, o que será fundamental para o avanço dessa ideia. Em novembro de 2005, demonstrando uma sintonia mais que necessária para o sucesso da política de integração regional, Kirchner e Lula assinam também o Compromisso de Porto Iguaçu, no qual reiteram a importância da atuação conjunta de Argentina e Brasil para uma nova postura da região em relação ao sistema internacional:

Os presidentes renovam o compromisso de seus povos e Governos com o fortalecimento da cooperação, da integração e da amizade que os unem, as quais se encontram a serviço de valores e objetivos comuns, tais como o desenvolvimento com equidade, a erradicação da fome e da pobreza, e a promoção da democracia e dos direitos humanos. A aliança Argentina-Brasil é a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destaca a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. A integração regional proporcionará uma base sólida para a negociação de acordos comerciais mais equilibrados e justos, nos âmbitos regional, extrarregional e americano, e no marco da Organização Mundial do Comércio (FUNAG, 2005).

Ainda, com base naquilo que destacamos fortemente na exposição teórica inicial deste trabalho, mais do que um entendimento comum, para a ascensão de um novo modelo de inserção internacional, seria necessário que tais países abandonassem o favorecimento de políticas externas voltadas à lógica de mercado e suas incertezas. Assim, neste Compromisso último, os presidentes declararam que “Brasil e Argentina consideram, baseados na realidade da experiência regional, que o

mercado não resolve todos os problemas, e que é indispensável desenvolver uma estratégia comum de promoção do desenvolvimento”⁴ (FUNAG, 2005).

Seguindo na linha da importância dada pelos presidentes ao processo de integração regional, os chanceleres Celso Amorim, do Brasil, e Rafael Bielsa, da Argentina, reforçaram a tese do eixo-fundamental Brasil-Argentina e da necessidade de se pensar o desenvolvimento para a coletividade:

A aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina não é um imperativo do destino, mas sim um projeto político de extraordinária importância para as duas nações. [...] A formação do Mercosul – o mais promissor entre os projetos de integração regional de que tenhamos participado – materializa o sentido daqueles acordos: muito mais que um mero acordo comercial, o bloco constitui um projeto audacioso e efetivo, orientado para o desenvolvimento de nossas economias e para o fortalecimento da capacidade dos dois Estados de conduzir um processo de melhoria da qualidade de vida de nossos povos. O Mercosul é, hoje, um fator de estabilidade democrática no âmbito regional e irradia poderosa força de atração a toda a América do Sul. [...] Haverá outras relações estratégicas, mas a associação Brasil-Argentina é o eixo central do processo de integração sul-americana, fator decisivo de coesão e cooperação regional. Essa associação é, também, um instrumento-chave para alcançar o desenvolvimento econômico e social de nossas nações e melhorar a vida de nossos povos (AMORIM; BIELSA; 2005).

Outra questão fundamental na integração regional promovida de então é a coincidência político-ideológica existente não apenas entre Nestor Kirchner e Lula, mas com Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, fator dinâmico chave que possibilitou o estreitamento dos laços entre Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador, sendo tal tendência continuada por Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), na Argentina e Dilma Rousseff, no Brasil (2011-2015), levando a região aos grandes avanços qualitativos nos termos do tipo de integração que aqui vem sendo destacado. Além da convergência ideológica, alguns desdobramentos políticos funcionaram como um “motor de arranque” para um processo de integração que jamais tivera tanta propulsão. Esse foi o caso, por exemplo, quando se conseguiu

⁴ Apesar da inegável sintonia e destacado mérito nas ações em conjunto, cabe ressaltar, conforme Granato (2015), que Kirchner e Lula não assumiram uma mesma postura em relação ao que fazer com a dívida externa de seus países. Nesse caso, Nestor Kirchner optou por adotar uma postura heterodoxa de não submissão frente às pressões externas, enquanto Lula negligenciou a discussão pública e a politização do tema, evitando alterar assim as relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

barrar, em 2005, o projeto estadunidense da criação da ALCA, terceira grande estratégia do governo dos Estados Unidos em uma clara tentativa de superar a crise estrutural vigente (SOUZA, 2012), que, se aprovada, inviabilizaria uma inserção mais autônoma da região no sistema internacional. Segundo Batista Junior (2005), as intenções colocadas no projeto da ALCA sempre foram bastante claras, desde sua criação em 1994:

A agenda de negociações, formulada basicamente pelos Estados Unidos, inclui não só a remoção de obstáculos ao comércio de bens, mas a fixação de regras comuns para temas como serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, entre outros. Até o final de 2002, essa agenda não sofreu grandes contestações na mesa de negociações (BATISTA JUNIOR, 2005, p. 75).

Ao negarem a ALCA, os Estados Unidos acusaram o Brasil e a Argentina de sabotarem o projeto (SOUZA, 2008). De tal conjuntura nasceram novas iniciativas integracionistas no continente latino-americano, em contraponto à ALCA, como é o caso da Aliança Bolivariana dos Povos da Nossa América (ALBA), criada em 2004 a partir da parceria entre Venezuela e Cuba, a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, além do surgimento de um organismo regional de articulação política que engloba os trinta e três Estados latino-americanos, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), estabelecida em 2010⁵, a partir do surgimento de um ambiente favorável ao longo da década.

⁵ É importante salientar que a ênfase colocada neste trabalho sobre Argentina e Brasil enquanto eixo fundamental do processo emancipatório almejado diz respeito às possibilidades para a região sul-americana, não abrangendo, desta forma, ou não se propondo a pensar (pela sua especificidade) a região latino-americana inteira, sendo inegável e não menos importante a existência de outros blocos integracionistas mais abrangentes, como é o caso da ALBA e da CELAC, os quais envolvem países da América do Sul, Central e Caribenha, sendo entendidos por nós, da mesma forma, como fundamentais na busca por uma integração mais ampla necessária para os povos da América-Latina. Ainda, a despeito da atuação da Venezuela no processo integracionista sul-americano, é inegável seu papel fundamental na construção discutida do período, especialmente pela parceria histórica bilateral com o Brasil e a Argentina, porém, é necessário também destacar que seus esforços estratégicos se centralizaram em grande parte do período na ALBA, pelo menos até sua recente entrada e participação no MERCOSUL. Da mesma forma, é fundamental aclarar que nem todos os países estiveram durante essa fase alinhados com a guinada articulatória e ideológica do eixo Brasil-Argentina, como foi o caso do Uruguai de Tabaré Vázquez, que, naqueles anos, negociava um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos.

Diversos foram os acordos e documentos assinados, como é constatado ao longo dessa seção, tendentes a fortalecer o processo de integração a partir da convergência de Brasil e Argentina, dos quais ainda podemos destacar a Declaração da Casa Rosada, de fevereiro de 2008, as Declarações Presidenciais Conjuntas, de setembro de 2008, de abril de 2009, de novembro de 2009 e de agosto de 2010, emitidas pelos presidentes Lula e Cristina Kirchner (que assume o governo argentino de 2007 a 2015). Em todas essas articulações, reafirmou-se por parte de ambos países a vontade de continuar trabalhando em um desenvolvimento voltado a uma agenda social no combate à fome e à pobreza, inclusão social, trabalho decente e promoção de justiça social (GRANATO, 2015).

Dentre todas as iniciativas do período, talvez uma das mais importantes foi ter dotado o MERCOSUL de mecanismos de financiamento solidários próprios, como é o caso do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUR (FOCEM), criado no início de 2007, o qual recebeu aporte anual de mais de 100 milhões de dólares, financiando projetos que buscam promover a competitividade, a coesão social e sobretudo a redução das assimetrias entre os seus integrantes. Justamente, são as menores economias do bloco as mais beneficiadas pelos projetos do FOCEM, sendo o Paraguai destinatário de 48% dos recursos e o Uruguai contemplado com 32%.

Nesse contexto favorável e na sequência das primeiras proposições estabelecidas no Ato de Copacabana de 2004, em conjunto com os outros 10 Estados da América do Sul, em 2008, foi assinado o Tratado pelo qual se estabeleceu a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), organização que invocou como princípios o respeito à soberania, a integridade e a inviolabilidade territorial dos Estados, a autodeterminação dos povos, a solidariedade, a cooperação, a paz, a democracia, a participação cidadã e o pluralismo, os direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes, a redução das assimetrias e a harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável (UNASUL, 2008).

Tal formação, além de simbolizar um dos marcos-chave do processo de integração, reflete as consequências de um novo momento para a América do Sul como um todo. Entretanto, é necessário aclarar que não por isso representa um progresso ou “continuação” do MERCOSUL, ainda que este último tenha sido fundamental para o surgimento do bloco. Ambos, em realidade, possuem personalidade jurídica de direito internacional, o que lhes garante atuação

diferenciada nas relações internacionais, podendo firmar tratados e acordos com Estados e outras Organizações Internacionais, o que atualmente não conseguem fazer a ALBA e a CELAC.

Diferentemente do MERCOSUL, [...] a UNASUL surgirá em um contexto de diversidades na região, e buscará superar essas diferenças através da institucionalização de um espaço de interlocução que permita criar consensos a respeito de alguns temas estratégicos, bem como adensar as capacidades propositivas próprias, atenuando, assim, o peso de fatores e influências extrarregionais. Note-se que embora as aspirações de autonomia do Brasil e da Argentina tenham que coexistir com Estados como Chile, Colômbia e Peru, que privilegiam a realização de tratados de livre comércio com a potência hegemônica, um certo grau de consenso sobre diferentes assuntos estratégicos será cristalizado, através de esforços na negociação, no âmbito da nova organização governamental (GRANATO, 2015, p. 186).

Dessa forma, a UNASUL destaca-se especialmente por ser um espaço de concertação política, fundamental para a articulação e o desenvolvimento de um projeto mais amplo de integração regional, tendo como um de seus propósitos (inclusive) estender-se (especialmente ao que concerne o significado da palavra “união”) à toda região latino-americana. Ainda, como diferencial dessa nova organização, podemos citar a criação de Conselhos Setoriais para lidar com questões específicas e consideradas prioritárias dentro do bloco, além dos Conselhos de Ministros e Ministras das Relações Exteriores e de Chefes de Estado e de Governo. Com todas suas proposições e ações, fica evidente que essa nova organização compromete-se, já em sua formação, com o fortalecimento da autonomia dos Estados e da região.

Em linhas gerais, é fácil notar que o período caracterizou-se pela existência de uma postura de não subordinação em muitos sentidos e a partir de vários países frente à imposição de regras de agentes hegemônicos externos, como os Estados Unidos, que sempre estiveram interessados em beneficiar os interesses de suas corporações em detrimento de uma real parceria. Esse é o aspecto fundamental que evidencia um período diferencial para o conjunto dos países da região sul-americana.

Sobre tal momento, Felipe (2016) afirma que se tratou de uma integração regional para uma inserção internacional “soberana”, estruturada por si mesma, com conselhos sul-americanos em matéria energética, de saúde, de defesa, de desenvolvimento social, de infraestrutura e planejamento, de educação, de economia e finanças, de luta contra o narcotráfico, eleitoral, de cultura, de seguridade e justiça e de ciência, tecnologia e inovação.

É importante observar que no transcorrer do século XX e XXI, diferentes processos de integração se fizeram presentes na América Latina, não estabelecendo-se nunca um modelo único e consolidado que articulasse toda a região, ainda que esforços contundentes para isso tenham sido iniciados. Contudo, para uma integração mais duradoura que consiga colher frutos para seus integrantes de forma simétrica, é necessário vontade política de longo prazo e uma visão de conjunto. Atualmente, a presença de distintos blocos econômicos na região evidencia a ausência de uma integração mais estável e consolidada na América do Sul, como se observa no caso europeu com a União Europeia. Isso se dá justamente devido à condição de subordinação a que os países da região latino-americana estiveram historicamente submetidos, obedecendo quase sempre a ordenamentos externos, tendo sido uma região primordialmente exportadora de bens primários, o que, até os dias atuais, acarreta em dificuldades emancipatórias.

O caso do bloco econômico da Aliança do Pacífico que surgiu em 2011, por exemplo, expõe essa fratura. Composto por México, Chile, Colômbia e Peru, caracteriza-se por estreitar relações com os países dominantes e por estabelecer tratados de livre comércio com os Estados Unidos e a União Europeia, aprofundando e enaltecendo o modelo agroexportador herdado do período colonial (FELIPE, 2016). Assim, a partir da leitura de tal organismo internacional, em comparação a outras propostas integracionistas como a do MERCOSUL ou a da UNASUL, identifica-se a existência de projetos antagônicos dentro da região sendo desenvolvidos concomitantemente e concorrencialmente.

Dessa maneira, em face de um contexto que vem se modificando ao longo dos anos, conforme veremos nas seções seguintes, tanto a iniciativa da UNASUL quanto a do MERCOSUL, respaldadas em seus pontos mais críticos pelas visões autonômica e desenvolvimentista necessárias para a emancipação da região sul-americana, parecem vir aos poucos perdendo força e espaço, frente ao que poderíamos chamar

de uma nova onda de governos radicalmente pró-mercado, havendo alternância no tom das propostas para a região. Este novo momento, seja ele marcado pelo total abandono ou apenas freio aos ideais nesta seção destacados, é o que discutiremos e analisaremos a seguir.

3.4 A RECENTE CONJUNTURA E A IMINÊNCIA DO RETROCESSO

O nascimento da Aliança do Pacífico em 2011 talvez represente uma das maiores evidências do surgimento de uma (renovada?) nova tendência para a política externa da região, voltada não à cooperação para a autonomia e o desenvolvimento, em termos de Puig e Jaguaribe que viemos aqui discutindo, mas à busca de uma articulação para fortalecer os intercâmbios comerciais livres de intervenção estatal e normativas protecionistas. Isso vai perfeitamente de encontro com aquilo que mencionávamos nas páginas 18 e 19 deste trabalho – seção 2.1 –, sobre a guinada de um novo “receituário” do centro de poder do sistema internacional, em que se abandona a tese da ajuda para o desenvolvimento – a partir da associação da derrota socialista (e de seu centralismo Estatal) e da junção do “Segundo” e do “Terceiro” mundo à mesma condição de “emergentes” – e impõe-se a da não intervenção estatal e a da inevitável hegemonia do mercado como mediador das relações sociais. No mundo ocidental, sobretudo, onde o termo “globalização” é vendido propositalmente como significado de “inexistência de fronteiras”, tal hegemonia parece ter se transformado em princípio fundante das relações sociais – destaca-se, não só no âmbito dos direcionamentos estatais institucionais, mas na maneira como a vida é encarada pelas pessoas, onde a lógica do mercado passa a absorver todo o sentido da existência.

Percebemos, assim, a pertinência de entender o porquê da presença de projetos integracionistas antagônicos na região. A Aliança do Pacífico surge em um cenário muito diferente daquele encontrado pelo MERCOSUL em sua origem. Em 2011, a região sul-americana já havia alcançado uma maior autonomia frente aos países dominantes, especialmente aqueles Estados que tiveram a presença de

governos progressistas como foi o caso de Brasil, Argentina, Venezuela, Equador e Uruguai, que, sublinhamos, não era o caso de grande parte dos países da costa oeste do continente, os quais mantiveram sistematicamente políticas externas alinhadas às demandas e orientações provindas dos centros dominantes. Então, enquanto alguns países buscavam uma maior cooperação intra-região para uma inserção internacional conjunta menos subordinada, outros mantinham uma postura conservadora, ou não tendente a participar de tal frente de ação, privilegiando relações bilaterais intra-região e com países centrais.

A Aliança do Pacífico surgiu com a ideia de ser um bloco voltado ao comércio que, diferentemente do MERCOSUL, tinha a intenção de consolidar uma área de livre comércio e estabelecer acordos com países do pacífico, com a Europa e com os Estados Unidos. Seus membros (Chile, Colômbia, México e Peru), de fato, historicamente, preferem manter relações diretas com os centros dominantes. Para termos uma dimensão deste bloco que se coloca como um contraponto, seus países, juntos, representam uma população de mais de 206 milhões de habitantes e 5 milhões de km² de área, bem como a oitava economia à nível mundial, enquanto que o MERCOSUL figura como a quinta maior economia do mundo, possuindo um território de quase 15 milhões de km² e uma população de mais de 295 milhões de pessoas.

Segundo informações do site da Aliança do Pacífico, fazem parte dos objetivos e da plataforma estratégica da organização:

Construir, de maneira participativa e consensual, uma área de integração para que se alcance uma livre circulação de bens, serviços, capitais, pessoas e economia; impulsionar um maior crescimento, desenvolvimento econômico e competitividade em seus integrantes, com vistas a lograr maior bem estar, superar a desigualdade socioeconômica e impulsionar a inclusão social de seus habitantes; converter-se em uma plataforma de articulação política, integração econômica e comercial, e projeção ao mundo, com ênfase na região Ásia-Pacífico; ser um processo de integração aberto e inclusivo, constituído por países com visões afins de desenvolvimento e promotores do livre comércio como impulsor de crescimento e; ser uma iniciativa dinâmica, com alto potencial e projeção para negócios (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017, tradução nossa).

Não é preciso muito esforço para dar-se conta que seu propósito maior enquanto bloco econômico é ser um organismo multilateral que garanta a fluidez de negócios nacionais e internacionais, sem intervenção estatal. Percebemos, dessa forma, que a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL carregam visões que se distinguem sobre a integração regional e que, por isso mesmo, tornam-se opositores no confronto político por espaço internacional, a não ser que se unam em torno de uma das grandes visões que separam suas ideias, o que, com a ascensão de conjunturas distintas nos países do MERCOSUL, corre o risco de acontecer.

Recentemente, com a ascensão de governos (neo)liberais na região, como o de Maurício Macri, em 10 de dezembro de 2015, criou-se um clima favorável para uma aproximação entre os dois blocos, principalmente da Argentina à Aliança do Pacífico e deste com os países do MERCOSUL em separado, ficando este último bloco com menor ênfase de atuação regional e internacional e enfraquecendo-se. Como umas das medidas importantes a serem citadas já a partir da presença de Maurício Macri no poder, no dia 20 de dezembro de 2015, o Conselho do Mercado Comum, instância máxima de decisões do MERCOSUL (constituído pelos presidentes de cada país membro), aprovou o “Plano de Ação para o Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico”, conforme Decisão nro. 056 (MERCOSUL, 2015), claramente com a intenção de garantir a livre circulação comercial intrazona.

Em sua primeira participação na cúpula do MERCOSUL, em 21 de dezembro de 2015, no Paraguai, o presidente Macri deixou claro o viés que daria ao MERCOSUL, dizendo que não pretendia seguir uma “fórmula de integração única”:

[...] Vejo no MERCOSUL um espaço para fortalecer as relações econômicas e comerciais entre nós e com todo o mundo, para nos ajudar a crescer e a reduzir a desigualdade em nossa região, para tomar posições comuns frente aos grandes desafios globais. Acredito que estes objetivos tão nobres estão ao alcance de nossa mão e se nos propusermos a avançar juntos poderemos levar o MERCOSUL ao século XXI. Nesse caminho de cooperação e trabalho em conjunto, não há um único manual que nos diga como avançar, ninguém pode dizer esta é a verdadeira e única fórmula que deve seguir um processo de integração. E isso é muito positivo, porque quer dizer que podemos construir a melhor estrada, nosso próprio caminho. Por isso, quero resgatar um valor que é a flexibilidade, a capacidade de adaptar-nos às necessidades do mundo e de nossos vizinhos em cada momento. [...] Avançar no acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia é uma prioridade e a Argentina está comprometida, disposta a fazer os

esforços necessários para dinamizar as negociações. Mas esta prioridade não é a única prioridade, precisamos chegar a todos os mercados e abrir canais de negociação com base no entendimento das necessidades de uns e outros atores, e não com base na desconfiança. O mundo do século XXI oferece múltiplas alternativas e não há razão alguma para autolimitar-nos na hora de negociar e projetar ao mundo nossos interesses comuns. E penso também em nossos sócios da Aliança do Pacífico, para capitalizar a dimensão bioceânica de nossa região. Temos a necessidade de seguir aproximando posições e aproveitar ao máximo a sorte de estar tão próximos e nos entender graças a nossos vínculos culturais e históricos (MACRI, 2015, tradução nossa).

Nesta ocasião, foi assinada a “Declaração sobre Relacionamento Externo do MERCOSUL” (MERCOSUR, 2017), instrumento em que os presidentes examinam o relacionamento externo do bloco e decidem outorgar um novo impulso às negociações com países terceiros e grupos de países.

Passados alguns meses, na comemoração do bicentenário de independência argentino, em 10 de junho de 2016, em Yapeyú, Corrientes, Macri, fazendo alusão a personagens fundamentais daquela conquista e de outras (na América espanhola), como José de San Martín e Simón Bolívar, reforçou a ideia da necessidade de abertura ao comércio e aos investimentos de empresas estrangeiras no país, ideias contrárias ao que pensavam os líderes revolucionários, além de afirmar que a Argentina, nas administrações anteriores, apenas mantinha relações com a Venezuela, o que, mais do que mentir sobre a realidade dos fatos, demonstra um total alinhamento às forças hegemônicas do sistema internacional de poder:

[...] Aqui será o arroz e a carne; e no Pampa serão os cultivos; e na Cordilheira será a mineração. A cada economia regional há que dar-lhe a possibilidade de crescer. [...] Mas também encontrei um país temeroso do mundo, não tínhamos relações com nenhuma parte do mundo, salvo a Venezuela. E hoje, em poucos meses, conseguimos sentar com os principais líderes do mundo, com os principais países do mundo; vocês seguramente viram pela televisão algumas das pessoas que nos visitaram uns meses atrás. E sentamos à mesa sem nos acharmos mais mas também sem nos acharmos menos, dizendo-lhes que os argentinos queremos estar no mundo; e o mundo nos disse: bem-vindos os argentinos, nós também acreditamos em vocês, necessitamos do aporte dos argentinos ao mundo. E não somente querem nossa capacidade de produzir alimentos, nossa capacidade de produzir energia com energias renováveis, que aqui em Corrientes vamos impulsionar a biomassa, senão que também sabem de nosso

talento para criar, de nossas capacidades artísticas, das possibilidades que temos de brindar serviços com valor agregado; o mundo sabe que neste país há talento, há capacidade, há criatividade, são todas coisas que vamos colocar e pelas quais queremos nos jogar. [...] A Coca-Cola, que faz setenta anos que está na Argentina, decidiu talvez pelo maior investimento das últimas décadas, porque também acredita nesta nova etapa que começamos; vai triplicar a compra de concentrado de suco de laranja, e tanto Entre Ríos como Corrientes é onde mais se produz (MACRI, 2016, tradução nossa).

Certamente, a maior evidência da nova estratégia traçada por Macri para a integração regional está no enfoque dado à questão comercial e empresarial, refletindo-se na busca por alianças estratégicas com países terceiros (bilateralmente) e pela aproximação à Aliança do Pacífico, seja com os países deste bloco, separadamente, seja através de uma aproximação do bloco do pacífico com o MERCOSUL. Foi com essa prerrogativa que discursou na Terceira Cúpula Empresarial da Aliança do Pacífico, no Chile, em 30 de junho de 2016, reunião da qual não por um acaso esteve presente:

[...] Nós nesta nova etapa temos relançado o MERCOSUL, porque queremos um MERCOSUL do século XXI, mas que claramente tenha uma visão de convergência com a Aliança do Pacífico. Acredito que esse é o caminho melhor, absolutamente melhor para todos. [...] Então acredito que nesse caminho há muito por fazer, muito para gerar e acredito que o bom é que estamos todos coincidindo no diagnóstico. E tudo isto claramente há que de ser feito pensando sempre que há uma única realidade, que é trabalhar o público e o privado em conjunto. [...] E também estamos tentando, cuidando os empregos que temos, setor por setor, estudar o que significa a integração. A Argentina vem de muitos anos de uma economia fechada, então temos que ir a uma transição ordenada, não crítica em direção à integração MERCOSUL; espero em breve com a Aliança do Pacífico e depois com o mundo inteiro. [...] Espero que conte com os empresários da Aliança do Pacífico, que nos acompanham, já muitos de vocês estão na Argentina e quero que saibam que são muito, mas muito bem-vindos e que acreditamos profundamente no espírito empreendedor; acreditamos no desenvolvimento da iniciativa privada, respeitosa das leis, do pagamento de impostos, do cuidado do meio ambiente, mas um trabalho conjunto – como lhes dizia há uns instantes – entre o setor público e o privado é a solução ao desenvolvimento de nossa região. Obrigado e espero que sigamos, em breve, trabalhando juntos (MACRI, 2016, tradução nossa).

Felipe (2016) também argumenta que os primeiros seis meses do governo Macri já foram suficientes para perceber mudanças em relação à política externa argentina. Entre outras evidências disso, citamos as conversas bilaterais de Macri com a chanceler alemã, Angela Merkel e com o primeiro ministro francês, François Hollande, ocorridas em julho de 2016, sobre um acordo comercial com a União Europeia, que de certa forma reafirmam o recorte pretendido para o MERCOSUL, que é o de estabelecer uma relação mais direta com o bloco europeu.

Do dito pelos mais altos funcionários e dos primeiros passos de sua gestão, se extrai que o governo argentino aponta para “redefinir” o MERCOSUL, deixando claro que, se for viável, buscarão fortalecer as relações bilaterais individuais com cada um de seus membros. Mas também se pretende lançar a Argentina em direção à Ásia utilizando como plataforma o Pacífico, possivelmente recorrendo ao Chile como linha de aproximação à Aliança do Pacífico. Precisamente, esse seria o pontapé inicial para alinhar posições com os Estados Unidos e Europa que, longe de implicar uma desideologização, ponham na agenda aspectos como a luta contra o narcotráfico e a defesa da “liberdade” e “democracia” como moeda de troca para incrementar o intercâmbio comercial e possivelmente ir em direção a Tratados de Livre Comércio (FELIPE, 2016, p. 108, tradução nossa).

Tais delineamentos apontaram para a necessidade de ser desenvolvida uma pesquisa mais aprofundada sobre o novo cenário, especialmente a partir da ascensão de Michel Temer ao poder no Brasil, em 2016, através da análise de discursos, acordos e documentos estabelecidos (como normas e resoluções do MERCOSUL) e de encontros de Cúpula, possibilitando-nos entender melhor os rumos dados à integração regional no atual momento por Argentina e Brasil. Esta investigação é o que apresentamos a seguir.

3.5 A CONFLUÊNCIA MACRI-TEMER E SEUS IMPACTOS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A integração regional, conforme vemos, é um processo de concertação política (de ideias e ações) que necessita de confluência para seguir adiante. Assim, quando

Michel Temer assume o poder no Brasil de forma definitiva, em 31 de agosto de 2016, após processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, arma-se um contexto ainda mais propício para o fortalecimento das propostas de política externa de Maurício Macri, bem como aponta para a consagração de uma nova fase para a integração regional sul-americana, qualitativamente diferente daquela evidenciada nos primeiros anos do século XXI, discutida na seção 3.3.

Assim, demonstrando grande convergência ideológica com o presidente argentino, Michel Temer, desde que assume como presidente, vem dando ênfase em suas políticas à questão comercial e aos negócios com países estrangeiros. Em uma de suas primeiras viagens internacionais, em 02 de setembro de 2016, viajou à China, para participar do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China (PLANALTO, 2017), evento em que destacou as mudanças que seu governo já tinha promovido interinamente desde 12 de maio, e quão favoráveis eram para altos investimentos no Brasil, fechando seu discurso de encerramento convidando os investidores chineses a se unirem na “construção do novo Brasil”.

Em um dos primeiros encontros de Temer com Macri, em Buenos Aires, em 03 de outubro de 2016, o presidente brasileiro nos deu a primeira prova da confluência existente e da vontade de trabalharem em sintonia:

[...] Eu assumi recentemente a Presidência da República Federativa do Brasil, e logo cuidei de fazer a primeira viagem a um país da América do Sul e da América Latina, vindo à Argentina dizer para sua excelência o presidente Macri, que assim procedemos, tendo em vista, em primeiro lugar, os laços históricos que nos unem há muitíssimos anos. Mas, mais do que isso, a identidade de posições que nós encontramos hoje do governo brasileiro com o governo argentino presidido pelo presidente Macri. E a partir daí, chegamos à conclusão, como bem registrou o presidente Macri, que nós podemos trabalhar em conjunto não apenas para fortalecer o MERCOSUL, como instituição sul-americana que tem os maiores interesses do mundo todo - um dos principais agora é levar a grande formalização, o acordo entre do MERCOSUL e a União Europeia -, e ao mesmo tempo fazer com que nós possamos também flexibilizar um pouco as regras do MERCOSUL para dar uma certa utopia razoável para os Estados contratantes nas suas relações internacionais. [...] Ele também salientou que nós queremos incrementar cada vez mais as nossas relações não só políticas, como registrei até agora, mas também as nossas relações comerciais (TEMER, 2016).

Na sequência, em 19 de outubro de 2016, Michel Temer participou de um encontro com empresários japoneses, em Tóquio, no Japão, onde, em seu discurso, enfatizou aspectos que também são muito semelhantes aos abordados por Macri em sua gestão, destacando a importância da atuação do mercado e da abertura ao comércio (sem intervenção estatal) para investimentos estrangeiros.

[...] A ideia de que o poder público tudo possa fazer, é uma ideia ultrapassada no tempo. Por isto que, num primeiro momento, o Programa de Parcerias de Investimentos abre espaço para 34 projetos de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, óleo e gás e, para tanto, estamos fazendo também modificações de natureza legislativa. O que permitirá, com muita tranquilidade, os investimentos estrangeiros no nosso país. E nós vamos acabar com essa história das taxas de retorno de investimentos serem fixadas pelo governo. Elas não de ser pautadas pela realidade dos fatos. O mercado é que dirá aquilo que é possível ter como retorno ou não. Por isso que o novo marco que nós temos, é um marco jurídico estável e com regras claras. Eu, portanto, ao anunciar esses 34 projetos como fiz há pouco na reunião privada, eu trago aqui para o público neste almoço e também a empresários brasileiros e estrangeiros, exatamente essa ideia (TEMER, 2016).

Na Argentina, por sua vez, em 18 de novembro de 2016, deu-se a visita da delegação canadense, onde o Primeiro Ministro do Canadá Justin Trudeau e o presidente Maurício Macri reforçaram algumas parcerias que ambos viam como necessárias (CASA ROSADA, 2017), sobretudo em matéria comercial, como no caso de acertar uma maior exportação de porcos do Canadá à Argentina. Alguns dias depois, Macri teve um encontro com o Primeiro Ministro do Japão Shinzo Abe, em 21 de novembro de 2016, na Casa Rosada (CASA ROSADA, 2017), após convite do presidente argentino, em que foi reforçada a aliança estratégica entre os dois países, especialmente nas áreas comercial e tecnológica, nas quais o Japão é forte, sendo enfatizado o interesse de empresas deste país em investimentos dentro da Argentina. O presidente japonês, na ocasião, enalteceu a atitude de Macri de abertura ao mercado, comentando que era por tal motivo que acompanhavam diversos representantes de empresas de seu país. Outro ponto que o presidente japonês destacou foi sua vontade de intensificar as relações econômicas com o MERCOSUL, especialmente estando a Argentina por assumir a presidência Pro Tempore no primeiro semestre de 2017 do bloco sul-americano.

Percebemos, até aqui, claramente, o modo de operar a política externa do presidente argentino, voltando-se ao mercado internacional e às relações bilaterais, especialmente com países centrais do sistema internacional, os quais passam a enxergar a Argentina como um país “alinhado”. Em decorrência disso e do reforço ideológico com a chegada de Temer, um dos esforços empenhados para a região sul-americana passa a ser o da busca pela saída da Venezuela de Nicolás Maduro do MERCOSUL, crescendo a intolerância à presença do país no bloco, especialmente por não compartilhar as mesmas visões que carregam os novos líderes regionais. Assim, em 14 de dezembro de 2016, conforme Decisão nro. 010 (MERCOSUL, 2016), em um consenso entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, cessaram o exercício dos direitos inerentes da Venezuela à condição de Estado Parte do MERCOSUL, em um processo que rompe com a tradição visualizada no período anterior de respeito à institucionalidade e normativas estabelecidas para a consolidação dos propósitos de integração do bloco.

Em 07 de fevereiro de 2017, em Brasília, no terceiro encontro dos dois presidentes, Macri e Temer atentaram para alguns outros pontos de interesse, a partir dos quais podemos reafirmar nossa suposição inicial da guinada ao comércio e abandono de temas importantes para o âmbito regional como o desenvolvimento social e político dos países sul-americanos.

[...] Nós conversamos sobre um momento de especial convergência entre Brasil e Argentina. Temos desafios muitos semelhantes; a urgência do crescimento econômico e da geração de empregos; temos também, convenhamos, modos semelhantes de enfrentar os desafios, reformas ambiciosas e fortalecimento da competitividade. Aqui no Brasil, Presidente Macri, eu venho dizendo que nosso governo é um governo de reformas: nós estamos sendo ousados ao fazer as reformas necessárias para o Brasil. Também acompanho a mesma coragem cívica e governamental com a que você está promovendo as reformas na Argentina. [...] O Presidente Macri está no Brasil, também, como Presidente Pro Tempore do MERCOSUL; por isso no nosso encontro foram tratadas muitas matérias referentes ao MERCOSUL. Eu acredito que inclusive avançamos, não somente falamos o que se fala reiteradamente sobre o acordo MERCOSUL-União Europeia, senão também levantamos o tema de uma integração cada vez maior da América Latina, MERCOSUL-México em particular; inclusive para estabelecer uma relação mais próxima entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico (TEMER, 2017, tradução nossa).

O presidente Macri, na ocasião, enfatizou questões que dizem respeito especialmente a interesses mútuos que tem com o Brasil de Temer, como a aproximação do México junto aos dois países. No que diz respeito à questão da integração sul-americana, percebemos a ideia do presidente argentino (que ambos compartilham) de que o MERCOSUL necessita mudar sua atuação para englobar interesses de atores externos:

[...] Em função desta brilhante ideia que se teve no século passado de criar o MERCOSUL, dar-lhe um impulso histórico, que realmente o ano de 2017 seja um ano de inflexão positiva para o crescimento, o desenvolvimento, o aprofundamento desta aliança estratégica. Porque frente a tantas dúvidas que nos coloca o mundo, o que tem que ficar cada vez mais claro para nós é que temos que ser aliados do século XXI. Juntos, encarar esta agenda que nos gere esse futuro que todos desejamos. Por isso, como você recordou, o temos proposto, aproveitando todas as ferramentas: a relação bilateral, as Presidências Pro Tempore que exercerá a Argentina primeiro e o Brasil depois, durante este ano, para coordenar as agendas com as equipes, Presidente, e encarar o fortalecimento interno do MERCOSUL e as relações do MERCOSUL com o mundo. Começando, como você disse bem, com esta oportunidade que se abre da negociação com a União Europeia, que também, frente a todas as coisas que têm acontecido, agora mostra um maior interesse em avançar neste acordo e nós temos que estar prontos. E para isso nos comprometemos a fortalecer as equipes, coordená-las melhor para estar prontos para essa negociação e todas as que se apresentem no futuro, porque há vários países interessados em ampliar sua relação conosco. Claramente também, coincidindo com você, começando pela região, com a Aliança do Pacífico, que abre uma oportunidade importante; como também com o México, país com o qual ambos vínhamos conversando e que claramente, nesta mudança de cenário, faz com que o México passe a olhar para o sul com maior decisão (MACRI, 2017, tradução nossa).

Ainda, como reflexo dessa integração voltada ao mundo de forma aberta, Macri encontrou-se com a presidente da Suíça Doris Leuthard, em 18 de abril de 2017 (CASA ROSADA, 2017), onde destacou (na presença, como de costume, de várias empresários do país visitante) as possibilidades de aproximação do MERCOSUL com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bem como reforçou a ideia da

entrada da Argentina na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁶, contando com o apoio suíço.

Uns dias depois, em 27 de abril de 2017, Macri se encontrou com Donald Trump nos Estados Unidos (CASA ROSADA, 2017), oportunidade em que enalteceu as qualidades deste país e tratou de passar a mensagem de que a Argentina tinha ganhado uma nova cara, uma nova política, voltada ao comércio, e que era devido a isso que estava recebendo e por receber ainda em seu mandato tantos líderes de países centrais. De fato, aí está outra evidência da guinada ao comércio dada por Macri. Assim, verificamos que o discurso da “atualização” da Argentina e da região latino-americana ao século XXI, propagado por Macri exaustivamente, nada mais indica que uma nova estratégia para que se renove e se consolide o modelo de desenvolvimento (neo)liberal ainda por muitos anos.

O presidente argentino, durante esta fase inicial de governo pesquisada, ainda recebeu o presidente da Itália Sergio Mattarella, em 09 de maio de 2017, na Argentina, e participou do Fórum de Investimentos e negócios China-Argentina na China, em 16 de maio de 2017 (CASA ROSADA, 2017). Já em 09 de junho de 2017, ofereceu um jantar pela visita de Angela Merkel na Argentina, destacando sua vontade de aproximar o MERCOSUL da União Europeia, ressaltando a importância do comércio multilateral:

[...] Além disso, temos muitas coincidências as quais temos ratificado ao longo do dia: acreditamos realmente em um comércio multilateral, estabelecido de acordo com regras e sustentáveis no tempo e acreditamos na luta contra a mudança climática. [...] E também hoje, ratificamos que nesta associação estratégica que temos entre nossos países temos uma grande oportunidade, com as conversas que estamos levando a cabo entre a União Europeia e o MERCOSUL, e esperamos que antes do fim do ano, possamos ter um primeiro acordo que vai ser uma base maravilhosa para desenvolver este futuro exitoso, em conjunto, que traga trabalho, trabalho e trabalho e prosperidade a todos os argentinos (MACRI, 2017, tradução nossa).

⁶ Sobre este ponto, é importante destacar que o ingresso na OCDE, acima de qualquer coisa, equivaleria à obtenção de um “selo de qualidade” ao país, o que serviria para estimular investimentos estrangeiros. Da mesma forma que a Argentina, o Brasil também angaria uma vaga na organização, tendo recentemente o Ministro da Fazenda de Michel Temer, Henrique Meirelles, oficializado a candidatura do país à organização.

Em 12 de junho de 2017, quando fez seu pronunciamento sobre as expectativas de trabalho do ministro das relações exteriores Jorge Faurie que indicou, Macri deixou claro suas intenções e o tipo de política externa que deveria ser levada a cabo, oportunidade em que enalteceu a vinda de líderes políticos de países de destaque do sistema internacional:

[...] Obviamente isto é uma parte central do que temos definido como a mudança cultural, entender que a Argentina isolada do mundo não vai realizar suas potencialidades, a Argentina isolada do mundo não vai conseguir reduzir a pobreza, que é meu principal compromisso como Presidente, ajudar para que cada vez mais argentinos saiam da pobreza, porque têm uma oportunidade de serem protagonistas, de dar seu aporte, mas para isso apenas há que se integrar ao mundo, têm que vir a Consulesa alemã depois de doze anos, o Presidente dos Estados Unidos, o Presidente da Itália, ou nos receber em todas as partes do mundo, como têm feito uma e outra vez os líderes mais importantes, senão que a parte nossa da mudança cultural central que temos definido como a verdade. [...] e que isso é central porque quando falamos que vai ser a tarefa do nosso novo Cônsul terminar de incorporar a Argentina à OCDE [...] o desafio da OCDE, a integração do MERCOSUL, a negociação com a União Europeia, são todas coisas que vão começar a colocar prova se realmente sentimos esta mudança de verdade (MACRI, 2017, tradução nossa).

Na sequência, em 14 de julho de 2017, deu-se uma das medidas mais graves no âmbito do MERCOSUL: a extinção da figura do Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARGM), conforme Decisão nro. 006 (MERCOSUL, 2017), órgão do Conselho do Mercado Comum (CMC) que cumpria função de suma importância para o bloco. A figura do Alto Representante era escolhida pelos membros do bloco e tinha como incumbência representar o MERCOSUL em reuniões com blocos e organismos internacionais, coordenar missões de observação eleitoral, apresentar propostas vinculadas ao processo de integração e liderar os trabalhos do plano de ação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. Como é possível presumir, sua extinção representa a tentativa de enfraquecer aspectos do bloco que não sejam especificamente voltados ao comércio, ou seja, a parte social e política, fundamentais para a consolidação de uma integração com um viés autonomista.

Já mais recentemente, em 03 de novembro de 2017, o presidente Macri se reuniu com o presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, oportunidade em que

reforçaram os laços programáticos que os cercam, sendo possível notar a imensa prioridade dada por ambos os presidentes ao comércio, acima de quaisquer outras políticas, sendo ressaltada também (mais uma vez) a vontade de aproximação do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico. Assim, no discurso de ambos presidentes destacam-se - como de fato explicita o presidente argentino – o não à intervenção e ao controle estatal sobre o mercado e o sim ao livre comércio, o que revela a preferência existente neste novo contexto sul-americano por promover medidas que favoreçam empresas transnacionais. Macri - neste discurso que expomos a seguir – sem sombra de dúvidas expressa os anseios sistêmicos dos tempos atuais modernos, seguindo assim a forma típica de enxergar e operar o mundo da maioria dos líderes mundiais:

Neste mundo global cheio de desafios, queremos afiançar este vínculo, complementar-nos, realmente afiançar as relações comerciais e em volta disto firmamos oito acordos que esperamos possibilitem um maior comércio entre nossos setores privados, mas por sua vez também uma maior integração cultural em temas de defesa. [...] Conversamos também sobre a importância de seguir aproximando o MERCOSUL com a Aliança do Pacífico. O Peru é um jogador muito importante dentro da Aliança do Pacífico e esperamos que nos ajude para que esta ponte e este caminho que definimos também se acelere, porque acreditamos que essa integração é benéfica para ambos. [...] Falando da relação bilateral e dos temas regionais, as relações multilaterais, damos muito valor a presença que vai ter o Peru em poucas semanas na reunião ministerial da OMC aqui em Buenos Aires, porque queremos encontrar formas de seguir defendendo o que queremos que é o não aos muros e o sim ao maior comércio entre nossos países, que é o que tem permitido que aqueles que o fizeram da melhor maneira tenham tido os melhores crescimentos e os melhores desenvolvimentos para seu povo (MACRI, 2017, tradução nossa).

O presidente do Peru, por sua vez, além de enaltecer os direcionamentos dados por Macri em seu governo, destacou o marco em que deseja que os Estados latino-americanos operem e, em seguida, fez menção às ações necessárias para manter o povo em estado de “conformismo” frente às escolhas estatais, dando uma clara evidência da forma como enxerga o operar do Estado, ou seja, como algo que deva ser distante dos reais anseios da sociedade:

[...] Finalmente quero recorrer o tema internacional, que você Presidente, mencionou, porque a América Latina é uma democracia, a América Latina, como eu disse há pouco tempo atrás no Fórum, a Ibero-américa tinha oito (08) por cento do produto mundial faz 100 anos e segue tendo. Alguém nos ganhou e nós temos que ganhar deles, e para fazer isso, temos que empurrar as economias dentro do marco da liberdade e da democracia. Por isso tomamos posições bem conhecidas, no caso que você menciona e de outros também, e a receita é simples, a execução é complexa; a receita: liberdade, investimento, infraestrutura, crescimento e, junto com isso, progresso social, porque senão o povo não vai nos acompanhar e vão dizer o que estamos fazendo aí (KUCZYNSKI, 2017, tradução nossa).

Conforme vemos, durante seus primeiros dois anos de governo, o presidente argentino demonstrou uma postura que não se alterou quanto a seus propósitos iniciais, quais sejam, apontar para um caminho de abertura ao comércio, com o discurso de “fazer parte do mundo”, dando uma clara evidência de que, para tanto, a Argentina necessitaria mostrar-se mais do que nunca aberta a investimentos estrangeiros e à manutenção da subordinação de sua economia frente à divisão internacional do trabalho. Isso é um ponto fundamental que deve ser ressaltado, especialmente visto ser a Argentina um país de economia historicamente agroexportadora, o que acaba por desestimular o incremento tecnológico e científico nacional para uma indústria diversificada, requisito básico para qualquer país que almeje fortalecer-se e que queira desenvolver-se nos moldes modernos.

No âmbito da UNASUL, vemos que as declarações e comunicados de chefes e chefas de Estado e de governo pararam de ocorrer desde 2014, demonstrando haver um abandono do uso desta plataforma de articulação política entre as nações sul-americanas, especialmente se comparado à forma como foi utilizado até 2010. A única decisão adotada pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo do bloco foi a de prorrogar o mandato de Ernesto Samper Pizano como Secretário-Geral. De fato, a diminuição da importância dada a este bloco fica atestado na aprovação de apenas algumas resoluções pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, ou seja, não realizadas por Chefes de Estado (UNASUL, 2017).

Em 24 de novembro, o secretário de Relações Exteriores do México, Luis Videgaray, visitou o Brasil, estabelecendo reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Aloysio Nunes, com o intuito de aprofundar o Acordo de Complementação Econômica nro. 53, que regula parte do comércio entre os dois

países. A ideia do encontro foi para liberalizar ainda mais as trocas entre os países e também para tentar aproximar o MERCOSUL da Aliança do Pacífico.⁷

Finalmente, a partir das ideias e ações dos atuais representantes de Argentina e Brasil, apontados nesta seção, é possível afirmar que há uma reformulação da estratégia de busca por autonomia relativa frente aos atores internacionais hegemônicos para o desenvolvimento. Assim, à luz das teorias que apontamos nas seções 2 e 3, fazemos a seguir algumas considerações que entendemos pertinentes, sobretudo quanto ao que significa os novos rumos dados à política de integração sul-americana por Michel Temer e Mauricio Macri até o presente momento.

⁷ Notas à imprensa do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos fazer uma construção teórica sobre os assuntos que são foco de nossa discussão. Assim, elucidamos que qualquer Estado, dentro do marco das regras do direito internacional, possui a prerrogativa para legislar e governar da forma que lhe convir, ou seja, como entenda necessário e adequado. Entretanto, verificamos também que não apenas a partir de tal concepção tomam as decisões os países, mas por uma série de questões que dizem respeito à ordem do sistema internacional de poder e à divisão internacional do trabalho, não explicitamente visíveis e anunciadas nas discussões sobre política internacional.

Quisemos, assim, de outra maneira, destacar que o Estado, enquanto sujeito mediador das relações sociais, pode promover mudanças, sendo estas tanto mais acertadas quanto mais respaldadas em parcerias estratégicas locais estiverem, como quando utilizam-se de processos de cooperação e integração. Assim, o processo integracionista sul-americano conseguiu avançar, especialmente na primeira década do século XXI, ainda que com suas limitações, justamente porque alguns mandatários impulsionaram um processo de integração que levou em conta os ideais unificadores da autonomia e do desenvolvimento. Foi assim que, por exemplo, em busca de maior equidade, promoveu-se naquele momento a redução das assimetrias entre os países, sobretudo no âmbito econômico, em que economias historicamente desfavorecidas passaram a receber apoio financeiro, como foi o caso do Paraguai e do Uruguai dentro da proposta do FOCEM no MERCOSUL, principalmente.

Pudemos observar, sem dúvida, que entre 2003 e 2010 tivemos o momento mais positivo em termos de promoção da política de integração regional na história da América do Sul, e isso foi possível não por uma estratégia de abertura ao mercado ou a partir de relações bilaterais com potências mundiais, mas por uma inserção autônoma articulada, forte e conjunta. Com isso, nas nações onde este processo foi incentivado, visualizou-se um desenvolvimento nos termos deste trabalho discutidos, em que além de crescerem e fortalecerem-se as relações econômicas, ganham preponderância as áreas social, política e cultural. Entretanto, tal ascensão não interessa ao sistema internacional de poder que não deseja uma redução das assimetrias em sua periferia.

Como reflexo disso, o contexto governamental no continente sul-americano começou a mudar e, aos poucos, esta fase autonomista perdeu força. Em 2012, o presidente Fernando Lugo, do Paraguai, foi cassado através de um golpe parlamentar, o que levou aquele país a ser suspenso temporariamente do MERCOSUL. Em seguida, em 2013, tem-se a morte de Hugo Chávez, outro líder importante da guinada autonômica regional. A partir da chegada de Maurício Macri, em 2015, e da chegada de Michel Temer, em 2016, após cassação do mandato de Dilma Rousseff via processo de impeachment, os ventos definitivamente mudam de direção na região.

Analisando as ideias, proposições e ações políticas que versaram sobre integração regional dos presidentes da Argentina e do Brasil que chegaram ao poder recentemente, pudemos constatar algumas questões: ambos os presidentes apontam para abrir suas economias a investimentos estrangeiros sem intervenção estatal; as relações bilaterais com países diversos, especialmente com os desenvolvidos, têm sido sua ênfase de atuação, sendo muito menos frequente a atuação conjunta com outros países a partir de blocos econômicos; Macri e Temer estão engajados em aproximar o MERCOSUL à União Europeia, com o claro intuito de estabelecer um Tratado de Livre Comércio com a Europa; o bloco da Aliança do Pacífico têm sido frequentemente destacado como um organismo que necessita aproximar-se do MERCOSUL, indicando especialmente o interesse do presidente argentino em estabelecer parcerias comerciais com a Ásia, e em aproximar a visão da Aliança do Pacífico ao MERCOSUL, com a intensão de consolidarem-se Tratados de Livre Comércio com regiões dominantes do sistema, já que garantir a fluidez de negócios é o objetivo principal do novo bloco.

Como destacou Macri em um de seus pronunciamentos, isso não significa seguir um modelo único de integração, mas justamente, abrir-se ao mundo ou, levar o MERCOSUL “ao século XXI”, claramente significando alinhar-se às exigências do centro do sistema internacional de poder. Percebemos, ainda, a importância dada por ambos os presidentes aos investimentos empresariais estrangeiros em seus países, como suposta condição fundamental para o crescimento econômico e a geração de empregos. Assim, devido à forma como conduzem sua política externa, não voltada à integração regional e à articulação conjunta para o desenvolvimento, entendemos tal confluência entre os dois presidentes muito mais como uma competição, característica fundamental do capitalismo, que uma cooperação. Ainda, a ênfase na “modernização”

ressaltada por ambos reflete um discurso ilusório e ideológico, já que as atividades de suas relações exteriores resumem-se ao estabelecimento de um ambiente favorável para o comércio e fluxo de investimentos estrangeiros, gerando um desenvolvimento desigual entre os países do continente sul-americano.

Tivemos também forte evidência da preferência dada na utilização de certos blocos regionais em detrimento de outros, onde espaços considerados fundamentais para a política de integração regional surgidos na etapa anterior, como a UNASUL, receberam pouca ou nenhuma atenção. Na mesma linha de pensamento, apesar de ainda ser tratado como espaço fundamental, poderíamos dizer que o MERCOSUL esvaziou-se de sentido, uma vez que tem sido utilizado meramente como “trampolim” político para interesses estratégicos voltados ao comércio.

Devemos, por fim, destacar que as considerações feitas no presente trabalho, apesar de críticas, apresentam limitações, não correspondendo a conclusões definitivas sobre o atual momento, especialmente visto que ambos os governos estudados estão em curso, o que justifica também a ênfase colocada no estudo dos discursos e não tanto nas ações concretas. Dessa forma, para futuras pesquisas, sugerimos um aprofundamento sobre as ações efetuadas pelos atuais presidentes Mauricio Macri e Michel Temer dentro do âmbito da política de integração regional, ressaltando, sobretudo, a forma como operaram os blocos regionais do MERCOSUL e da UNASUL, principais órgãos regionais da guinada autonômica de 2003 a 2015.

Finalizamos nosso trabalho descrevendo, em nossa visão, o cenário para o qual aponta a América do Sul, qual seja, o de uma região predominantemente alinhada ao projeto (neo)liberal de sociedade, em que o mercado aparece como regulador e mediador das relações sociais, caracterizando-se tal momento, dessa forma, como um grande retrocesso para a emancipação da comunidade de países da região sul-americana em relação aos centros dominantes do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ALIANZA DEL PACÍFICO. **¿Qué es la Alianza?** Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/que-es-la-alianza/#la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

AMORIM, Celso; BIELSA, Rafael. **O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina.** São Paulo, SP: Folha de S. Paulo, 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3011200503.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O Eixo Argentina-Brasil: O processo de integração da América Latina.** Brasília: Editora UnB, 1987.

BATISTA JUNIOR, P. N. **O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CASA ROSADA. **Discursos.** Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

CASTRO, João A. de Araújo. O congelamento do poder mundial. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-30, jan. 1972.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. **El mercado común latino-americano.** Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1959.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.28-29, abr. 1993.

FALLETO, Enzo. La especificidad del Estado em América Latina. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 38, ago. 1989.

FELIPE, J. F. De. El Cambio de rumbo de la integración sudamericana durante el primer semestre del gobierno de Macri. In: RACOVSCHIK, M. Alejandra; RAIMUNDI, Carlos. (Comps.) **¿Fin de ciclo o paréntesis en la región?** Balance de la última década y reflexiones sobre el nuevo escenario para el MERCOSUR. 4. ed. Buenos Aires: Flacso Argentina, 2016, p. 99-110. Disponível em: <<http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2016/12/Publicacion-EyPP-Fin-de-ciclo-o-parentesis-en-la-region.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FRANK, Andrew Gunder. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 5, set. 1966.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG. Íntegra dos Documentos Assinados em 30 de novembro de 2005. In: TEIXEIRA, Claudio. PAIVA, Eliane M.

(Coords.) **IGUAÇU + 20: Dia da Amizade Brasil – Argentina**. Puerto Iguazú: Funag, 2005, p. 73-80. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/286-iguacu+_20_Dia_da_Amizade_Brasil_-_Argentina.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GRACIARENA, Jorge. As Estruturas do Poder e a Política de Desenvolvimento. In: GRACIARENA, Jorge. **O Poder e as Classes Sociais no Desenvolvimento da América Latina**. 1. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1971. Cap. 1, p. 15-42.

GRACIARENA, Jorge. El Estado latinoamericano em perspectiva. Figuras, crisis, prospectiva. **Revista de la Carrera de Sociología**, v. 4, n.4, p. 225-257, out. 2013/set. 2014.

GRANATO, Leonardo. **Brasil, Argentina e os rumos da integração: o Mercosul e a Unasul**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

GRANATO, L.; ODDONE, N.; BATTAGLIA, M. Teoría de la autonomía: ¿Aún vigente para analizar los procesos de cooperación e integración en América Latina? **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 25, n. 1, p. 153-175, 2016.

GRANATO, Leonardo. MERCOSUR: Ideales y estrategia en la periferia del capitalismo. In: RACOVSKICH, M. Alejandra; RAIMUNDI, Carlos. (Comps.) **¿Fin de ciclo o paréntesis en la región?** Balance de la última década y reflexiones sobre el nuevo escenario para el MERCOSUR. 4. ed. Buenos Aires: Flacso Argentina, 2016, p.77-92. Disponível em: <<http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2016/12/Publicacion-EyPP-Fin-de-ciclo-o-parentesis-en-la-region.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Condições Sociais do Poder Nacional. In: AULA INAUGURAL DO CURSO REGULAR DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1957, Rio de Janeiro.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. In: SIMPÓSIO INTERPRETAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA AMÉRICA LATINA, REALIZAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS – Universidade de São Paulo, 1987, São Paulo.

JAGUARIBE, Helio. Dependencia y autonomía en América Latina. In JAGUARIBE, H.; FERRER, A.; WIONCZEK, M. S.; SANTOS, T. dos, **La dependência político-econômica de América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973, p. 1-85.

JAGUARIBE, Helio. **Brasil: crisis y alternativas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

KUCZYNSKI, Pedro Pablo. **Declaración conjunta del presidente Mauricio Macri com su par de Perú, Pedro Pablo Kuczynski**. Discurso de 03 de novembro de 2017. Argentina, 2017. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/41136-declaracion-conjunta-del-presidente-mauricio-macri-con-su-par-de-peru-pedro-pablo-kuczynski>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

LANÚS, Juan Archibaldo. **La integración económica de América Latina**. Buenos Aires: Juárez Editor, 1972

LECHNER, Norbert. Acerca del ordenamiento de la vida social por medio del Estado. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 43, n. 3, 1079-1102, jul./set. 1981.

MACRI, Mauricio. **Palabras del Presidente de la Nación, Mauricio Macri, ante la Asamblea Legislativa em el Congreso de la Nación**. Discurso de 10 de dezembro de 2015. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/35023-palabras-del-presidente-de-la-nacion-mauricio-macri-ante-la-asamblea-legislativa-en-el-congreso-de-la-nacion>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Palabras del Presidente en la Cumbre del Mercosur, en Paraguay**. Discurso de 21 de dezembro de 2015. Assunção, 2015. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/35112-palabras-del-presidente-en-la-cumbre-del-mercosur-en-paraguay>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Palabras del presidente Macri, en el lanzamiento de los festejos por el Bicentenario de la Independencia, en Yapeyú**. Discurso de 10 de junho de 2016. Yapeyú, 2016. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/40710-palabras-del-presidente-macri-en-el-lanzamiento-de-los-festejos-por-el-bicentenario-de-la-independencia-en-yapeyu>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Palabras del presidente Macri en la Tercera Cumbre Empresarial de la Alianza del Pacífico, Chile**. Discurso de 30 de junho de 2016. Ciudad del Frutillar, 2016. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/40706-palabras-del-presidente-macri-en-la-tercera-cumbre-empresarial-de-la-alianza-del-pacifico-chile>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Declaración conjunta del presidente Mauricio Macri y su par de Brasil, Michel Temer**. Discurso de 07 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/40572-declaracion-conjunta-del-presidente-mauricio-macri-y-su-par-de-brasil-michel-temer>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Palabras de Mauricio Macri em la cena em honor de Angela Merkel**. Discurso de 09 de junho de 2017. Buenos Aires, 2017. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/39766-palabras-de-mauricio-macri-en-la-cena-en-honor-de-angela-merkel>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Mauricio Macri tomó juramento al canciller Jorge Faurie**. Discurso de 12 de junho de 2017. Buenos Aires, 2017. Disponível em: <<https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/39783-mauricio-macri-tomo-juramento-al-canciller-jorge-faurie>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Palabras del presidente Macri ante el Pueblo después de la Cumbre del Mercosur en Mendoza.** Discurso de 21 de julho de 2017. Mendoza, 2017. Disponível em: <<https://www.casariosada.gob.ar/informacion/discursos/40612-palabras-del-presidente-macri-ante-el-pueblo-despues-de-la-cumbre-del-mercosur-en-mendoza>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MACRI, Mauricio. **Declaración conjunta del presidente Mauricio Macri con su par de Perú, Pedro Pablo Kuczynski.** Discurso de 03 de novembro de 2017. Argentina, 2017. Disponível em: <<https://www.casariosada.gob.ar/informacion/discursos/41136-declaracion-conjunta-del-presidente-mauricio-macri-con-su-par-de-peru-pedro-pablo-kuczynski>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Geopolítica latino-americana.** Arquivo pessoal de Marini depositado no Programa de Estudos de América Latina e Caribe-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ca. 1985. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/066_geopolitica_latinoamericana.html>. Acesso em: 12 set. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dos momentos en la integración latinoamericana.** Archivo de Ruy Mauro Marini, con la siguiente anotación: “Texto para el día Latinoam. y Canadá, 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/076_integracion_latinoamericana.html>. Acesso em: 12 set. 2017.

MERCOSUL. Decisão 056/2015, de 20 de dezembro de 2015. Plano de Ação para o Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/6267/3/innova.front/2015>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MERCOSUL. Decisão 010/2016, de 14 de dezembro de 2016. Regulamentação dos Aspectos Operacionais Derivados da Declaração Conjunta de 13 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/7834/2/innova.front/2016>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MERCOSUL. Decisão 006/2017, de 14 de julho de 2017. Revogação da Decisão CMC N° 63/10. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/8182/2/innova.front/2017>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MERCOSUR. **Declaração sobre Relacionamento Externo do MERCOSUL.** Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/7371/1/declaracionrelacionamientoexterno_pt.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

O'DONNELL, Guillermo. Apuntes para una teoría del Estado. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, n. 4, p. 1157-1199, out./dez. 1978.

PLANALTO. **Discursos.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomia latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina de la Universidad Simón Bolívar, 1980.

PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX. In: Integración Latinoamericana, 1986. p. 40-62.

SANTOS-FILHO, Onofre dos. O Fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, desigualdades e relações Internacionais**. Belo Horizonte: Pucminas, 2005. Cap. 1, p. 13-75.

SOUZA, N. A. de. O conflito entre duas estratégias de integração econômica regional. In: SILVA, L. M. N. M., PINTO, L. F. S. & SOUZA, N. A. **Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

SOUZA, N. A. de. América Latina: as ondas da integração. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 87-126, 2012.

TEMER, Michel. **Declaração à imprensa do Presidente da República, Michel Temer, seguida de entrevista coletiva, após encontro com o Presidente da República Argentina, Mauricio Macri**. Discurso de 03 de outubro de 2016. Buenos Aires, 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-michel-temer-seguida-de-entrevista-coletiva-apos-encontro-com-o-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-buenos-aires-argentina>>. Acesso em: 15 out. 2017.

TEMER, Michel. **Discurso do presidente da República, Michel Temer, em encontro com empresários japoneses**. Discurso de 19 de outubro de 2016. Tóquio, 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-em-encontro-com-empresarios-japoneses-toquio-japao>>. Acesso em: 15 out. 2017.

TEMER, Michel. **Declaración conjunta del presidente Mauricio Macri y su par de Brasil, Michel Temer**. Discurso de 07 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/informacion/discursos/40572-declaracion-conjunta-del-presidente-mauricio-macri-y-su-par-de-brasil-michel-temer>>. Acesso em: 20 out. 2017.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS – UNASUL. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS – UNASUL. **Documentos da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/politica-externa/integracao-regional/13221-documentos-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas?lang=pt-BR>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

VISENTINI, Paulo G. F. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2007.